

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAFAEL MOREIRA FRANÇA

**A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL NAS AMÉRICAS: UM ESTUDO
COMPARADO DOS EUA DE TRUMP E O BRASIL DE BOLSONARO**

GOIÂNIA

2021

RAFAEL MOREIRA FRANÇA

**A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL NAS AMÉRICAS: UM ESTUDO
COMPARADO DOS EUA DE TRUMP E O BRASIL DE BOLSONARO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador(a): Dr. Danillo Alarcon

GOIÂNIA

2021

FRANÇA, Rafael Moreira. 2021.

A crise da democracia liberal nas Américas: um estudo comparado dos EUA de Trump e o Brasil de Bolsonaro/Rafael Moreira França. – Goiânia, 2021.

Total de folhas: 61 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2021.

1. Democracia iliberal. 2. Trump. 3. Bolsonaro. 4. polarização. 5. oposição. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação.

FOLHA DE APROVAÇÃO

RAFAEL MOREIRA FRANÇA

A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL NAS AMÉRICAS: UM ESTUDO
COMPARADO DOS EUA DE TRUMP E O BRASIL DE BOLSONARO

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador(a): Dr. Danillo Alarcon

Aprovada em 07 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Danillo Alarcon (Orientador – PUC Goiás)

Dr. Pedro Araújo Pietrafesa (PUC Goiás)

Me. Ivan Vieira Neto (PUC Goiás)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar os dilemas da concepção de democracia iliberal a partir do estudo comparado de Brasil e Estados Unidos nos governos de Jair Messias Bolsonaro e Donald Trump. Serão utilizados principalmente os conceitos de democracia iliberal de Fareed Zakaria e a obra de Yascha Mounk em paralelo com outros autores para a análise teórica, junto com as análises das respectivas campanhas presidenciais e governos. As democracias iliberais são caracterizadas por governos que apesar de democraticamente eleitos não respeitam instituições e direitos básicos dos cidadãos, assim acarretando um governo que não beneficia de maneira ideal seus cidadãos. Fazendo estas relações entre conceitos e os governos citados pretende-se analisar semelhanças entre eles e consequências para a população que os elegeu. Como resultado é possível observar que a forma de governo de ambos os presidentes estudada está bem alinhada com o conceito de uma democracia iliberal, mas esse tipo de governo tem consequências que ambos tiveram que lidar como, decretação de inimigos, posicionamentos extremistas sobre temas relevantes, desentendimento com demais poderes da República e ainda, aspectos recentes da pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Democracia; Liberal; Iliberal; Bolsonaro; Trump

ABSTRACT

This work aims to analyze the dilemmas of the liberal democracy's conception from a comparison study of Brazil and the United States in the governments of Jair Messias Bolsonaro and Donald Trump. Mainly Zakaria's concepts of liberal democracy and Mounk's work "The People Against Democracy" will be used in parallel with other authors for theoretical analysis, along with analyzes of the respective presidential campaigns and governments. Illiberal democracies are characterized by governments that despite being democratically elected do not respect the institutions and citizens basic rights, thus resulting in a government that does not optimally benefit its citizens. Making these relationships between concepts and governments mentioned, it was intended to analyze similarities between them and consequences for a population that elected them. As a result, it's possible to notice that both presidents are well aligned with the concept of an illiberal democracy, but this type of government has consequences that both had to deal with, such as decreeing enemies, extremist positions on relevant issues, disagreement with other powers of the Republic and recent aspects of the COVID-19 pandemic.

Key Words: Democracy; Liberal; Illiberal; Bolsonaro; Trump.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 A CRISE DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS NO SÉCULO XXI.....	10
1.1 O PROPÓSITO DA DEMOCRACIA.....	11
1.2 A DISTORÇÃO DA DEMOCRACIA: A DEMOCRACIA ILIBERAL.....	14
1.3 O CONTEXTO INTERNACIONAL NA DÉCADA DE 2010.....	18
2 BOLSONARO E TRUMP: A DEMOCRACIA ILIBERAL NA AMÉRICA.....	23
2.1 AS CAMPANHAS ELEITORAIS: POLARIZAÇÃO ACENTUADA.....	24
2.2 A CRIAÇÃO DE INIMIGOS	28
2.3 A RELAÇÃO ENTRE OS PODERES INSTITUÍDOS DA REPÚBLICA.....	32
2.4 O ATAQUE AOS DIREITOS SÓCIOPOLÍTICO-ECONÔMICOS.....	40
2.5 A PANDEMIA DE COVID-19, O NEGACIONISMO E AS FAKE NEWS.....	44
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

O Ocidente é reconhecido por sua democracia liberal. Entretanto, recentemente dois grandes países representantes da América tem tido democracias controversas, estes sendo Brasil e os Estados Unidos, os principais objetos deste estudo. Apesar de terem tido eleições democráticas, os líderes eleitos, Jair Messias Bolsonaro e Donald Trump (2016-2021) ignoraram direitos constitucionais básicos ao longo de seus governos.

Nos dizeres de Zakaria (1997), estes governos podem ser considerados democracias iliberais; para o autor, estas são caracterizadas por regimes eleitos democraticamente que ignoram direitos constitucionais básicos e conseqüentemente também prejudicam a liberdade e direito de seus cidadãos. Tendo em vista essa situação, é de extrema relevância estudar esses casos e dissertar sobre perguntas principais desse contexto. Por que está ocorrendo essa crise na democracia? Que fatores levaram as campanhas desses candidatos ao sucesso? É possível que seja uma nova onda de política?

É possível ver elementos em comum em regimes autoritários que buscam desconstruir a democracia liberal e instaurar uma democracia iliberal; pode-se ter como exemplos a redefinição da democracia, ameaça à imprensa e veículos de liberdade de expressão principalmente a internet, a busca de auxílio de governos autoritários estrangeiros, o ataque às organizações como as Nações Unidas com o intuito de essencialmente prejudicar a disseminação de ideais de direitos humanos e também a defesa de uma educação iliberal, com o propósito de transformar a história para as novas gerações assim criando opiniões favoráveis ao governo (CORRALES; KIMMAGE; KURLANTZICK; LINK; MILANI; RAHMAN, 2009).

Autores como Weffort (1992), na década de 1990, possuíam previsões otimistas para a consolidação da democracia após o declínio da onda de governos autoritários como houve na União Soviética e no Leste Europeu. Mesmo com essa nova democracia se manifestando em um contexto de crise econômica e social uma liderança forte poderia satisfazer as necessidades dos países.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é compreender os aspectos relacionados à crise da democracia liberal nas Américas sob a ótica dos Estados Unidos de Trump e o Brasil de Bolsonaro através da pesquisa bibliográfica em que os principais autores teóricos que sustentam o estudo são Zakaria (1997), Mounk (2019)

e Bobbio (1997). Para o estudo dos casos utilizaremos além da revisão bibliográfica de artigos já publicados sobre o assunto, matérias de mídia diversa como da BBC News Brasil, do El País, da CNN, G1, dentre outras. É importante notar que algumas dessas redes são acusadas pelos próprios governos aqui estudados de propagadoras de notícias falsas, mas conforme explicaremos adiante, este é um expediente político típico para esses políticos e para todos os efeitos o trabalho busca variar as fontes buscando observar com cuidado os fatos e eventos divulgados e os possíveis vieses subtendidos.

Este trabalho se faz relevante no contexto atual que se encontra principalmente o governo brasileiro, entender como as democracias iliberais agem e se manifestam é essencial para que os cidadãos possam evitar essas crises na democracia e mantenham seus direitos preservados.

Este trabalho parte do pressuposto de que é importante estudar as democracias nas Relações Internacionais. Para Bobbio (1997), isso é fundamental porque é preciso se questionar a viabilidade do regime democrático em um sistema internacional que não pratica a democracia propriamente dita. Os Estados coexistem uns com os outros e para que haja uma harmonia nessa convivência faz-se necessário um sistema democrático internacional havendo regulamentação dessas relações por acordos, costumes e tratados internacionais. Partindo dessa premissa temos que a soberania dos Estados se fazem vinculadas por relações entre governantes e governados podendo ser seus limites internos e, de forma externa as relações do Estado consigo próprio. O Estado apesar de ter relações internas com os seus cidadãos têm relação contratual com os Estados soberanos na esfera das relações internacionais (BOBBIO, 1997).

No primeiro capítulo, estudamos a crise das democracias liberais no século XXI, abordando aspectos do que é a democracia, como ela se comporta a distorção da democracia para uma democracia iliberal e o contexto internacional na década de 2010, demonstrando problemas de aspectos econômicos no mundo.

No segundo capítulo serão analisados a democracia iliberal nas Américas sob a ótica do governo Trump e Bolsonaro, enfatizando a polarização acentuada durante suas campanhas eleitorais, com isso, foi estudado a posição desses políticos criando inimigos, inclusive com membros dos demais poderes instituídos da República, o ataque deles aos direitos sociopolíticos e econômicos dos seus cidadãos e, por fim, o

negacionismo e as fake news relacionados a pandemia da COVID-19. Por fim, são apresentadas as conclusões.

1 A CRISE DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS NO SÉCULO XXI

Para entendermos a crise das democracias liberais que têm ocorrido no século XXI, precisamos definir o que é uma democracia liberal, uma democracia iliberal, o objetivo ideal de uma democracia, as deturpações que vêm ocorrendo do conceito de democracia principalmente nos casos Estados Unidos e Brasil, dentre outras variáveis. A proposta deste capítulo é justamente explorar esses conceitos.

Para definir o que seria uma democracia “saudável” primeiramente abordaremos a etimologia da palavra, que se origina na Grécia antiga: “*demos*” (povo) e “*kratos*” (poder), de forma direta *demokratia* seria traduzida como poder do povo (DAHL, 2001). É um tipo de regime político no qual o poder se concentra no povo, e a organização desse regime pode se apresentar de diversas formas como representativa ou direta. Para este trabalho a forma representativa será a mais focada, levando em conta que a crise da democracia liberal acontece devido a governantes, representantes do povo, não seguindo leis constitucionais básicas. Como será exposto no decorrer do capítulo, uma democracia ainda que seja feita de forma legítima seguindo os ideais de poder ao povo e representatividade, ainda assim pode vir a se tornar uma democracia iliberal caso haja uma má administração por parte dos representantes que não respeitem os direitos constitucionais básicos e a liberdade individual dos cidadãos.

Seguindo essa questão toca-se no conceito de democracia iliberal de Zakaria (1997). De acordo com o autor, democracias iliberais seriam governos eleitos democraticamente, mas que não respeitam instituições públicas e direitos individuais básicos dos cidadãos. Quando o autor usou o conceito pela primeira vez, no final dos anos 1990, 54,8% dos países no mundo eram democráticos e mesmo assim havia situações nas quais países como no Irã ou na Etiópia, governos democraticamente eleitos reforçando censura na liberdade de expressão, assembleias e usando de força para reprimir jornalistas e oposição política (ZAKARIA, 1997). Isso gera um governo no qual o poder é centralizado, logo trazendo conflitos nas próprias instituições internas como antagonismo entre os poderes executivo, legislativo e judiciário.

1.1 O PROPÓSITO DA DEMOCRACIA

Como apresentado por Dahl (2001), buscar a origem da democracia é uma tarefa difícil. O conceito de um regime político como a democracia poderia aparecer em qualquer época e em qualquer lugar, o que necessitaria seriam apenas as condições favoráveis para tal. Dahl (2001) discorre sobre como isso poderia ter ocorrido inclusive antes da história começar a ser registrada em governos tribais. “Quando os seres humanos começaram a se estabelecer por demorados períodos em comunidades fixas para tratar da agricultura e do comércio, [...]. As formas de hierarquia e dominação tornaram-se mais ‘naturais’” (DAHL, 2001, p. 20). Assim sendo, chegamos à conclusão de que a estabilidade das tribos começou a favorecer o estabelecimento de regimes políticos, podendo ser eles democráticos, monarquias, despotismos, aristocracias ou oligarquias. Dahl (2001) ressalta que foi na Grécia clássica, mais especificamente na cidade-Estado de Atenas, que se começou a usar a palavra *demokratia*, que é usada hoje para definir o conceito do regime político em questão.

Cerca de metade da população mundial atualmente vive em um regime democrático (HAGUE; HARROP; MCCORMICK, 2016), e isso faz com que a democracia seja o regime político mais famoso do mundo. Hague, Harrop e McCormick (2016) discorrem sobre a definição de democracia e sobre seus tipos, sendo eles Democracia Direta, Democracia Representativa e Democracia Liberal. São muito válidos os apontamentos dos autores pois, mesmo sendo um regime político amplamente difundido e discutido, ainda há diversas más interpretações do conceito e por isso se faz necessário uma definição mais objetiva.

Democracia Direta foi o primeiro passo da democracia na antiguidade, principalmente com os atenienses, os quais acreditavam que o envolvimento dos cidadãos diretamente com as decisões políticas gerava o bem comum na sociedade. Pode-se considerar esse regime um sucesso, Atenas foi a melhor cidade desenvolvida na Grécia Antiga entre 461 e 322 a.C., entretanto ainda assim havia diversas falhas no sistema que impediu um desenvolvimento considerável da cidade. Como necessitava de participação popular, o sistema consumia muito tempo e recursos. Ademais, apenas os homens livres tinham o direito à cidadania ateniense – ou seja, a democracia era direta, mas para poucos – e por isso escravos, mulheres e estrangeiros não poderiam opinar nas sessões, abstenções eram constantes, dentre

outros fatores. Em uma Democracia Direta os próprios cidadãos debatem e decidem as ações em prol do interesse comum (HAGUE; HARROP; MCCORMICK, 2016).

Quando um Estado começa a se expandir e ter uma população considerável acaba havendo a necessidade de centralizar o poder, então se originou a Democracia Representativa, na qual são eleitos a legislatura e, em sistemas presidenciais, um chefe executivo, como nos casos do Brasil e Estados Unidos, que são responsáveis por representar a população. É uma forma de organizar decisões coletivas de maneira mais eficiente, rápida, sem consumir tantos recursos. Entretanto, assim como na Democracia Direta, a Democracia Indireta ou Representativa também possui suas falhas. Partidos políticos nem sempre recebem a mesma quantidade de atenção da mídia, fundos, oportunidades de aparecer ao público e os representantes eleitos nem sempre correspondem à vontade ou às necessidades do povo (HAGUE; HARROP; MCCORMICK, 2016).

Por fim, chega-se ao outro tipo de democracia definido por Hague, Harrop e McCormick (2016): a Democracia Liberal. Similar à Democracia Representativa, a Democracia Liberal também conta com representantes eleitos pelo povo, entretanto, há uma preocupação com a liberdade do indivíduo, logo uma limitação do poder do governante. Essa limitação se dispõe no formato de leis constitucionais básicas que servem para garantir que o representante não irá se utilizar do cargo para quaisquer outros motivos que não o benefício da população que ele governa. São esses mesmos limites citados pelos autores que Zakaria (1997) ressalta que são ignorados por líderes de democracias iliberais, ao não respeitar a característica fundamental de uma democracia liberal que é a de limitar o poder com direitos constitucionais básicos da população a democracia liberal deixa de ser liberal e se torna iliberal.

Para Regina Laisner (2008), há três conjuntos de teorias que explicam o avanço e relativo sucesso das democracias. O primeiro, vinculado com a Teoria da Modernização, procura se focar nos fatores socioeconômicos para explicar os objetivos da democracia. O segundo, advindo da Ciência Política, aponta fatores culturais com estudos voltados para a cultura política. O terceiro, o neoinstitucionalismo ou o institucionalismo, olha para as instituições. Neste último modelo encontra-se a obra de Robert Dahl, que para a autora define democracia como o resultado da competição e participação, estas por sua vez determinam o grau de democracia do país e assim se estabelece um equilíbrio de atores políticos, equilíbrio de forças, nos quais garantem a manutenção do governo.

Retomando os pensamentos de Dahl (2001), ele observa características extremamente necessárias para que uma democracia seja eficaz, resumindo-as em 5 pontos, sendo eles: 1) participação efetiva, 2) igualdade de voto, 3) aquisição do entendimento esclarecido, 4) exercer o controle definitivo do planejamento e 5) inclusão dos adultos. Segundo ele, esses pontos são necessários para garantir a igualdade dentre os membros da sociedade, para que nenhum partido tenha mais direito de fala ou de se expressar e conseqüentemente tenha uma prevalência desigual na política.

Por último, mas não menos importante é válido ressaltar os motivos que fazem uma democracia ser tão desejada como regime político atualmente. Como citado anteriormente, cerca de metade da população mundial vive em um regime democrático, logo há ótimas razões para que seja um regime tão atrativo. Dahl (2001) observa como a história nos mostra que a tendência é evitar domínios autocráticos, citando os governos da União Soviética sob o comando de Joseph Stalin, a Alemanha nazista com Hitler e Pot Pol no Cambodja, que eram sistemas políticos tão repudiados que apenas conseguiam se manter por conta da coerção e militarização. A democracia oferece o oposto disso.

Além de todos os direitos, liberdades e oportunidades rigorosamente necessários para um governo ser democrático, os cidadãos numa democracia, com certeza, gozam de uma série de liberdades ainda mais extensa (DAHL, 2001, p. 64).

Por fim, Dahl (2001) resume em tópicos as principais vantagens da democracia:

- A democracia ajuda a impedir o governo de autocratas cruéis e perversos;
- A democracia garante aos cidadãos uma série de direitos fundamentais que os sistemas não democráticos não proporcionam (nem podem proporcionar);
- A democracia assegura aos cidadãos uma liberdade individual mais ampla que qualquer alternativa viável;
- A democracia ajuda a proteger os interesses fundamentais das pessoas;
- Apenas um governo democrático pode proporcionar uma oportunidade máxima para os indivíduos exercitarem a liberdade de autodeterminação - ou seja: viverem sob leis de sua própria escolha;

- Somente um governo democrático pode proporcionar uma oportunidade máxima do exercício da responsabilidade moral;
- A democracia promove o desenvolvimento humano mais plenamente que qualquer alternativa viável;
- Apenas um governo democrático pode promover um grau relativamente alto de igualdade política;
- As modernas democracias representativas não lutam umas contra as outras;
- Os países com governos democráticos tendem a ser mais prósperos que os países com governos não democráticos.

Para Bobbio (2006), é preciso traçar o cenário dos atuais regimes democráticos a fim de que se possa haver uma análise do futuro destes bem como, suas tendências de desenvolvimento. Elencando que a democracia vai além de direitos e deveres civis, mas também, compreender que o estado liberal se trata de pressuposto jurídico para o estado democrático. A democracia trata-se de uma discrepância do que é real e do que se faz idealizado. O autor traz o seguinte argumento: “Nada ameaça mais matar a democracia do que o excesso de democracia” (BOBBIO, 2006). Quando o estado liberal possibilitou a expansão do estado democrático ocorre a expansão da sociedade civil. Quem detém o poder político e quais são os poderes do Estado são as principais questões levantadas por Bobbio (2006), e o autor defende que democracia o poder deve partir da base, ou seja, do povo para o vértice.

Ou seja, a democracia liberal é um sistema que congrega a noção de representação dos indivíduos e de direitos fundamentais garantidos. Não se trata apenas da realização de eleições e nem mesmo da imposição da maioria sobre a minoria. É um sistema complexo, ideia que é deturpada pela democracia iliberal, estudada a seguir.

1.2 A DISTORÇÃO DA DEMOCRACIA: A DEMOCRACIA ILIBERAL

De acordo com Zakaria (1997), democracias iliberais são governos eleitos democraticamente, mas que não respeitam instituições públicas e direitos individuais básicos dos cidadãos. Isso gera um governo no qual o poder é centralizado, logo

trazendo conflitos nas próprias instituições internas como antagonismo entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Zakaria (1997) também aborda um paradoxo relevante para este estudo: um governo, mesmo que seja corrupto, ineficiente, irresponsável e incapaz de trazer o bem a sua população, não pode ser considerado automaticamente um governo não democrático. A democracia representativa pressupõe eleição de representantes do povo pelo povo de forma livre e competitiva, logo isso é uma fonte de legitimidade. Entretanto, há ocasiões em que líderes possuem poder constitucional para agir de determinada forma, o que não faz com que o ato cometido seja ético, moral ou benéfico para seu povo. É nessa diferença que reside a separação das democracias liberais e das democracias iliberais, que podem de fato representar uma parcela da população, mas corroendo as bases do Estado democrático de direito.

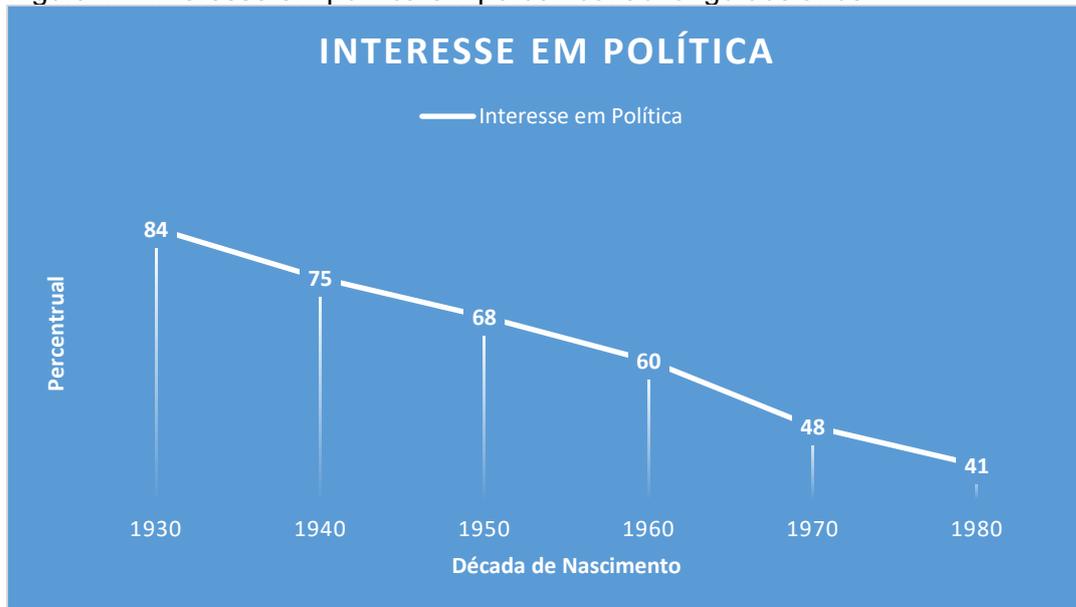
É importante notar que a democracia iliberal não é o autoritarismo aberto. Por exemplo, a *The Economist* tem um índice (de 0 a 10) no qual classifica os governos em: 1) democracias plenas; 2) democracias falhas; 3) regimes híbridos; 4) regimes autoritários. Essas classificações se baseiam em 5 critérios: processo eleitoral, pluralismo eleitoral, o funcionamento do governo, cultura política e liberdades civis. Democracias plenas possuem uma nota acima de 8 na pontuação feita pelo *The Economist* baseado em pesquisas de como a população reconhece sua liberdade e representatividade no país. As democracias falhas possuem nota entre 6 e 8. Já os regimes híbridos têm nota entre 4 e 6. Por fim, os regimes autoritários têm nota entre 0 e 4. Nota-se que governos iliberais como os de Trump e Bolsonaro entram no ranking do *The Economist* como democracias falhas, com notas de 7,92 e 6,92 respectivamente, logo é evidente que há sim a distinção entre democracias iliberais e autoritarismo aberto. (THE ECONOMIST, 2021)

Como visto anteriormente, Dahl (2001) descreve diversas características para definir a democracia e nelas é perceptível que ele considera a liberdade do indivíduo como algo inerente à democracia, logo tornando a democracia liberal como o regime ideal objetificado pela democracia. Este ponto é ressaltado por Mounk (2019) que retoma os conceitos democráticos de Dahl para enfatizar que há 2 formas de corromper o conceito ideal de democracia, levando em conta que para a democracia ser ideal necessita de ser liberal e democrática acaba que a corrupção se define em “[...] democracia iliberal, ou democracia sem direitos, e o liberalismo antidemocrático,

ou direitos sem democracia.” (MOUNK, 2019, p. 40). Esta obra tem como objetivo focar no primeiro mencionado, democracia iliberal.

Um dos motivos que Mounk (2019) aponta como principal para a deterioração da democracia é o desinteresse dos cidadãos por política no decorrer dos anos.

Figura 1 – Interesse em política em percentual ao longo dos anos

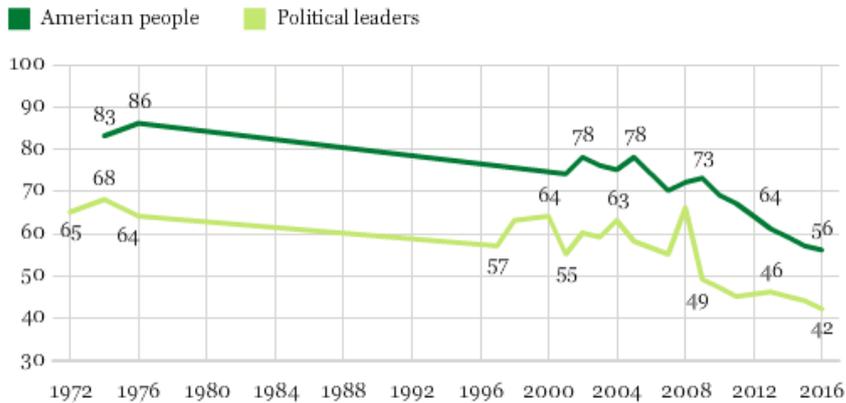


Fonte: MOUNK, 2019.

Outro fator que contribuiu para essa crise foi a confiança que a população possui em seus representantes. Até 1974 uma grande maioria dos americanos confiavam em seus governantes, entretanto conforme as décadas foram passando essa confiança foi decaindo consideravelmente.

Figura 2 – Confiança em líderes políticos e no povo americano
Trust in Political Leaders and in the American People

% Great deal/Fair amount of trust

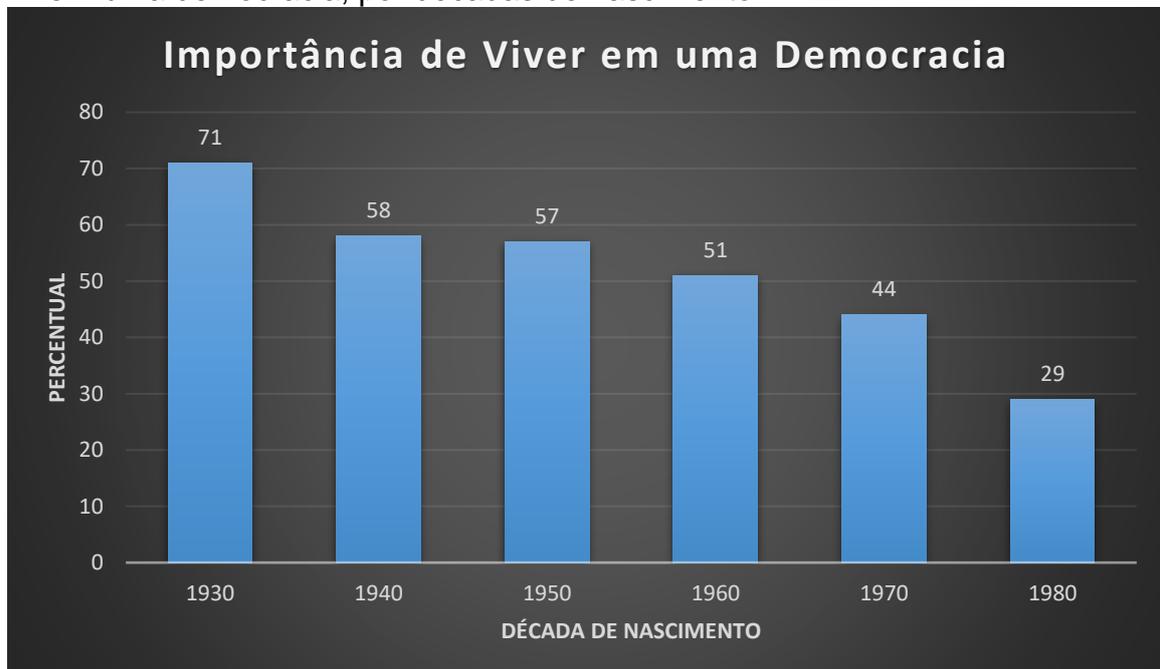


GALLUP

Fonte: JONES, 2016.

É nítido que o desinteresse e a falta de confiança são os principais fatores que ocasionam esse declínio na democracia liberal, conforme se vê na imagem abaixo.

Figura 3 – Parcela dos consultados nos Estados Unidos que acredita ser “essencial” viver numa democracia, por décadas de nascimento



Fonte: MOUNK, 2019)

Mounk (2019) discute sobre 3 conceitos que deveriam ser verdade para que a democracia continue sendo tão segura quanto os cientistas políticos imaginam:

- A maioria dos cidadãos teria de ser fortemente comprometida com a democracia liberal.
- A maioria dos cidadãos teria de rejeitar alternativas autoritárias à democracia.
- Os partidos políticos e movimentos com poder real teriam de concordar

É possível ver que de acordo com os pensamentos de Mounk (2019) e Dahl (2001) a democracia, para ser ideal, necessita do respeito à liberdade do indivíduo. Zakaria (1997) enfatiza exatamente este ponto, o momento no qual a liberdade não seria mais inerente da democracia, formando uma nova forma de governo na qual seria a democracia iliberal. Governos ocidentais em sua maior parte sempre abraçaram o conceito da democracia liberal, por isso seria difícil imaginar essa separação de conceitos nos governos atualmente, principalmente entre 2 países tão representativos como os Estados Unidos e Brasil. Nas últimas décadas algo tem mudado no qual fez com que houvesse essa mudança política.

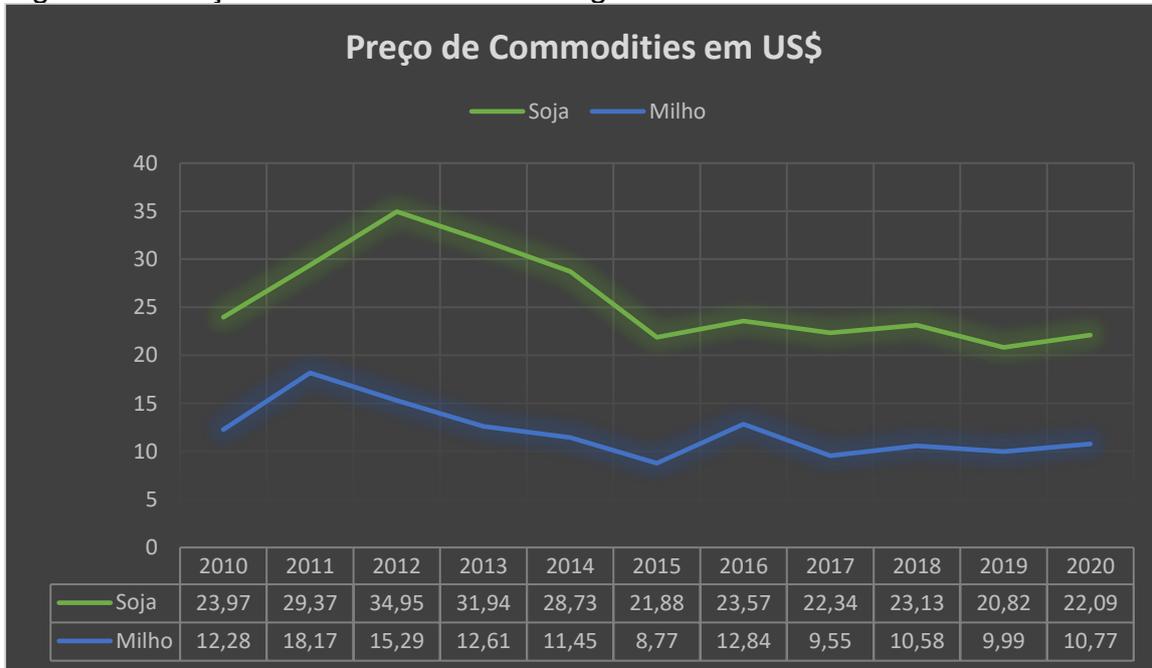
1.3 O CONTEXTO INTERNACIONAL NA DÉCADA DE 2010

Na década de 2010 ocorreram diversos acontecimentos internacionais que mudaram o contexto global de uma forma que ocasionou o crescimento da democracia iliberal. Dentre eles a Crise de 2008, a Primavera Árabe, o protecionismo intensificado e o crescimento imenso do uso das redes sociais.

Na realidade, conforme apontado, um dos elementos que adentra a segunda década do século XXI iniciou-se anos antes e foi a Crise de 2008, conforme dito acima, e apresentou tanto falhas de mercado como de políticas estatais (PRIEWE, 2010). Entretanto para esta monografia é necessário o foco apenas nas falhas estatais para entender o porquê da desconfiança do povo em seus governantes foi crescendo ao longo dos anos e como a Crise de 2008 contribuiu para esse crescimento. A primeira falha estatal foi a política monetária, que estava muito expansiva depois dos ataques terroristas em 2001 e o estouro da bolha da internet, isso fazia com que os preços subissem e não a inflação. A segunda falha foi a falta de supervisão bancária, ao decorrer das décadas foi se estabelecendo uma ideia de que o mercado financeiro deveria ser livre para se desenvolver. Por último, seria a política de governo e os políticos em si da época que promoveram a desregulação financeira, como por

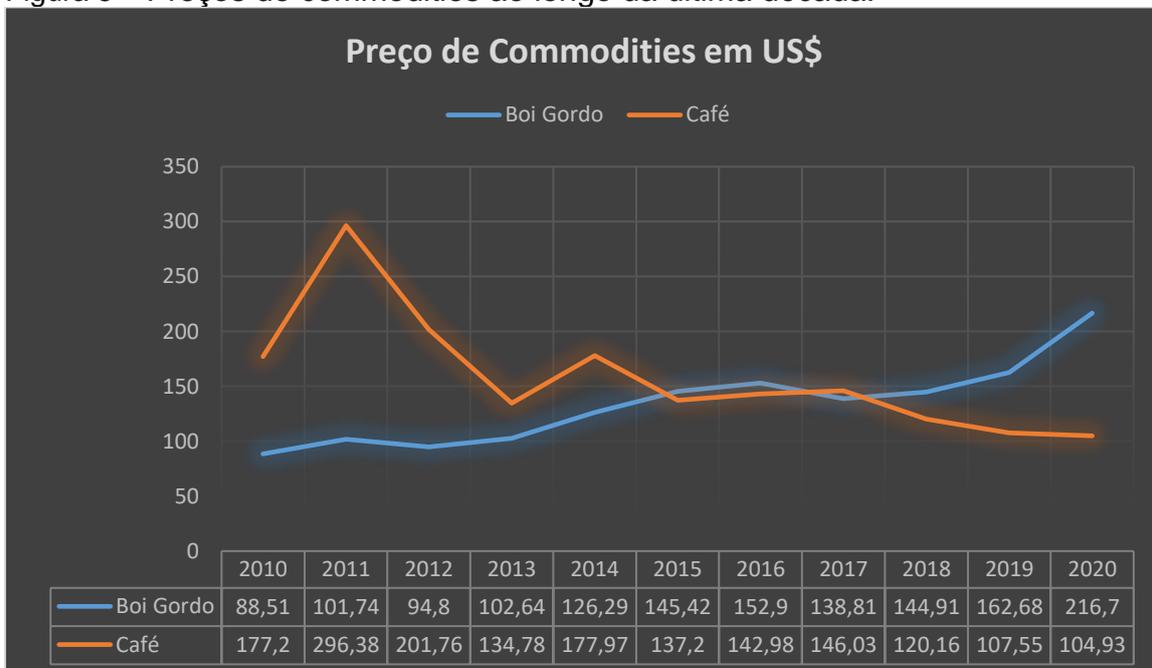
exemplo George W. Bush que se manteve ignorando problemas do mercado financeiro, principalmente a bolha do mercado imobiliário (PRIWE, 2010).

Figura 4 – Preços de commodities ao longo da última década.



Fonte: CEPEA, 2021

Figura 5 – Preços de commodities ao longo da última década.



Fonte: CEPEA, 2021.

Uma das consequências regionais do grande baque econômico provocado por esta crise, é importante citarmos a Primavera Árabe, que teve início em 2010, tendo

como símbolo desse início a autoimolação de Mohammed Bouazizi em protesto ao governo da Tunísia. Após sua morte foram desencadeadas revoluções em praticamente todas as repúblicas árabes do Oriente Médio contra regimes ditadores e tudo indicaria que essas revoluções trariam democracia à região (AKBARZADEH; BAXTER, 2018).

Assim como apontado por Karteji (2020), mesmo após muito sangue derramado, não houve qualquer sentimento senão indiferença das grandes potências em relação às perspectivas que de fato levaram aos levantes, como o desemprego da população jovem nos países árabes, a pobreza e a debilidade dos governos em responder às essas dinâmicas práticas. Ainda assim esse conflito trouxe consequências no mundo como um todo, principalmente no caso da Síria, na qual iniciou-se com protestos leves pedindo apenas reformas políticas, mas após serem reprimidos de forma agressiva se tornou em uma verdadeira guerra civil com um índice alarmante de refugiados. Refugiados estes que aumentaram exorbitantemente entre 2014 e 2015 e foram para o continente Europeu através da Turquia, e contribuíram para que partidos de direita entrassem em ascensão pela Europa (STEINMAYR, 2017). Esse dilema humanitário de receber pessoas fugindo da guerra se misturou com a retórica de valores e identidade e muitos políticos fortaleceram suas carreiras tentando impedir que seus países recebessem essas pessoas. Mas há casos positivos como Alemanha onde, mesmo assim, a extrema direita também ganhou força.

Outro foco de tensões tem sido nas relações dos EUA com a China, especialmente na área comercial desde 2018 por conta das tarifas impostas pelos Estados Unidos em uma série de países e consequentemente resposta igual pelos países envolvidos (World Bank, 2018). Essas tarifas desagradaram principalmente a China, fazendo com que tensões entre EUA e China surgissem no mercado internacional, o que ocasionou flutuações nos preços. A volta do protecionismo fez mudanças no mercado internacional, como por exemplo o preço da soja, após a China impor tarifas de 25% na soja importada dos EUA o preço diminuiu enquanto no Brasil aumentou por conta da maior demanda chinesa para com o Brasil ao invés dos EUA. Isso fez com que os países da Europa que compravam soja do Brasil optassem pela soja americana (World Bank, 2018).

Giuliano Da Empoli (2019) discorre sobre como está nascendo uma época propícia para “engenheiros do caos” como Dominic Cummings, Steve Bannon, Milo

Yiannopoulos e Arthur Finkelstein. “Juntos, esses engenheiros do caos estão em vias de reinventar uma propaganda adaptada à era dos selfies e das redes sociais, e, como consequência, transformar a própria natureza do jogo democrático” (EMPOLI, 2019, p. 13). É uma época na qual são alimentadas as emoções negativas da população, propiciando a disseminação de *fake news* e teorias da conspiração para favorecer campanhas políticas. Ferramentas virtuais, redes sociais, estão cada vez mais sendo utilizadas como instrumentos políticos por líderes e representantes do povo em todo o mundo.

O governo de Bolsonaro, iniciou-se com uma busca por alinhamento com outros países governados por líderes de direita, assim como retro mencionado, aliou-se do Trump, presidente dos Estados Unidos a época, bem como com o Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel. Desde o começo de sua administração o presidente envolveu-se em diversas polêmicas, destacando-se a sua desavença partidária e desfiliação do partido pelo qual foi eleito, constante troca de ministros no seu governo e, em um cenário mais atual, minimizar a relevância das consequências da pandemia do coronavírus.

Oliver Stuenkel (2021) apresenta o cenário da República Tcheca que fez uma campanha eleitoral organizada e premeditada para tirar o autocrata Andrej Babis do poder. Enquanto foi primeiro-ministro, Babis ficou conhecido por atacar os direitos das minorias sendo comparado com o regime estadunidense trumpista e a ideia de homem do povo dos discursos bolsonaristas. Andrej Babis venceu as eleições legislativas da República Tcheca em 2017, e sua campanha foi pautada numa política de combate à corrupção e a oposição às cotas de acolhimento de refugiados. Sua forma de governo extremista e direitista fez com que o político fosse apelidado em todo o mundo como “Trump Tcheco” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017)

A forma de governo de Babis causou descontentamento e revolta por parte dos cidadãos do país, seu extremismo, posicionamento excludente sob as minorias e recentemente seu envolvimento com a operação Pandora Papers que aponta envio de dinheiro público para paraísos parafiscais. Outro ponto importante no seu enfraquecimento político foi durante a pandemia do coronavírus o país chegou a liderar o número de mortes por habitantes (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

A oposição de Babis uniu-se e formou uma aliança para tirá-lo do poder, sendo o tom dessa campanha de reconciliação onde foi necessário tirar as diferenças de lado e estruturar uma campanha que fosse levar o opositor ao declínio, também foram

estabelecidos laços internacionais a fim de que contassem com maior apoio. Esse cenário de oposição a partidos autoritários vem se espalhando pelo Europa e pelo mundo. Muitos defendem a ideia de que é necessário derrubar governos autoritários, sendo o caso da República Tcheca grande exemplo para ser seguido quando almejassem tirar um autocrata do poder (STUENKEL, 2021).

Os acontecimentos aqui discorridos sobre a década de 2010 tiveram muita relevância para o cenário que estamos nos encontrando agora, a democracia iliberal, a ascensão da direita, são todos reflexos do que aconteceram principalmente nessa década. Trump e Bolsonaro se aproveitaram desses acontecimentos internacionais e acontecimentos em seus respectivos países para impulsionarem suas campanhas e ganharem as eleições. Após isso geraram ainda mais crise no meio internacional.

2 BOLSONARO E TRUMP: A DEMOCRACIA ILIBERAL NA AMÉRICA

Jair Messias Bolsonaro é o presidente democraticamente eleito no Brasil para governar entre 2019 e 2022. Foi eleito pela visão de uma mudança política daqueles que se viam estagnados de anos de governo do PT e que confiaram nas propostas do então candidato. Bolsonaro, como apontado por Hunter e Power (2019), se aproveitou da fragilidade que o Partido dos Trabalhadores (PT), dos ex-presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, deixou após escândalos de corrupção, criminalidade crescente, economia abalada dentre outros fatores, para se promover na sua campanha como um salvador da pátria. Assim como Trump ambos surgiram com ideias de impor lei e ordem no país atacando os opositores e minorias.

Donald Trump (Partido Republicano), ex-presidente dos Estados Unidos foi eleito em 2017 e seu mandato perdurou até 20 de janeiro de 2021. A política externa deste presidente ficou conhecida como "América Primeiro" já que visava sempre priorizar os Estados Unidos em detrimento de qualquer país em todas as negociações, logo sua política externa é repleta de decisões unilaterais, que desconsiderava o conselho e o apoio de seus aliados tradicionais. Percebemos isso no Ocidente na segunda metade do século XXI principalmente nos governos Trump e Bolsonaro. Ambos os presidentes eleitos se apresentaram como os únicos representantes do povo, atacaram os adversários e instituições básicas do país, se aproveitaram do populismo para se elegerem.

Far-se-á necessário elencar a polarização acentuada por parte das campanhas eleitorais presidenciais para compreender através de notícias como se deu essas corridas eleitorais e como os candidatos se comportaram em relação a posicionamentos polêmicos de Bolsonaro e Trump. Além disso, esses presidentes mostram-se polêmicos no que concerne suas vidas políticas. Após a análise do período eleitoral será comparado o que foi a criação de inimigos políticos por parte de ambos os presidentes, de posicionamentos contrários às suas campanhas presidenciais, suas rixas com os demais poderes do Estado. Não se pode deixar de adentrar ao tema da pandemia do coronavírus e como foi enfrentada por presidentes tão polêmicos, trazendo um visual panorâmico da política desses candidatos.

2.1 AS CAMPANHAS ELEITORAIS: POLARIZAÇÃO ACENTUADA

Dimaggio, Evans e Bryson (1996) explicam a polarização ideológica como a cristalização de opiniões conflitantes e que são completamente opostas, indo além de conflito de opiniões pois tratam-se conflito de ideologias. Tal polarização foi visivelmente notada nas campanhas eleitorais de Donald Trump e Jair Messias Bolsonaro em atitudes extremistas desses candidatos e ainda de seus seguidores.

A polarização política é uma consequência de posicionamentos divergentes, seja na esquerda ou na direita, seja democrata ou republicano, onde ambas as partes optam por ofensas, ataques ofensivos, divulgação de fake News ao contrário de buscarem o diálogo sério, responsável e construtivo. Quando os eleitores se deparam com notícias falsas, eles se posicionam partidariamente de acordo com as suas identificações, é um tipo de identidade social. Os pensadores Borges e Vidigal (2018, p. 57) explanam tal identificação da seguinte forma:

Identificação partidária é claramente um tipo de identidade social, uma vez que as pessoas facilmente categorizam-se em grupos a partir da mais trivial das diferenças. A força dos sentimentos partidários, por sua vez, pode estar relacionada à existência ou não de divisões ideológicas relevantes tanto no nível das elites quanto no das massas.

Pode-se notar que, de acordo com Poole (1984) a polarização partidária presentes em países assolados por reflexos de anos de políticas que não deram certo e que não defenderam de fato os direitos de seus cidadãos, campanhas políticas que apontam os defeitos dos partidos e candidatos contrários são fortemente investidas e divulgadas. Esses políticos estão mais voltados em apontar o erro contrário do que apontar quais são seus pontos fortes na eleição. Vivemos em um mundo globalizado onde os cidadãos tornaram-se imediatistas. De crianças a idosos, grande parte da população tem acesso a um smartphone e internet e as notícias muitas vezes são reproduzidas simultâneas ao seu acontecimento, mas com isso, as informações viralizam muito rápido e a política das *Fake News* tem sido difundida amplamente e interfere nas vidas em geral, social, profissional e na vida política.

Com a viralização das informações é que os partidos, bem como seus representantes partidários utilizam-se do que a mídia divulga ou, algumas vezes, implantam as *fake news*, de forma que os seus candidatos e os seus políticos possam aproveitar de escândalos de corrupção para agregar seguidores e ainda para

crescimento pessoal e desmoralização de seus opositores políticos. Vale ressaltar ainda que o uso de temas polêmicos para atrair extremistas são comumente divulgados pelas mídias a fim de polarizar as opiniões dos eleitores. Visto que certos temas são defendidos por posições partidárias específicas (COUTINHO, 2014).

Alguns temas de forte polarização política são temas religiosos como a ideia de um país laico, tema de saúde pública como a legalização do aborto, temas de vertente da segurança pública como redução da maioria penal e pena de morte, temas sociais como união e adoção homoafetiva, feminismo e a legalização da maconha. Nesses temas, o que cada posição partidária defende faz com que determinado grupo se alinhe e vote nos políticos pelos ideais que esses defendam (ANDREASSA, 2020).

Ao vermos tais divergências políticas temos que entender a dimensão dessa polarização, ela não fica acometida somente no âmbito do Brasil e sim em todo o mundo onde, podemos notar forte polarização no que concerne às eleições norte americanas. Na eleição para presidente em que Donald Trump venceu, houve grandes polêmicas. Na de Bolsonaro também, como serão analisados a seguir. (ANDREASSA, 2020)

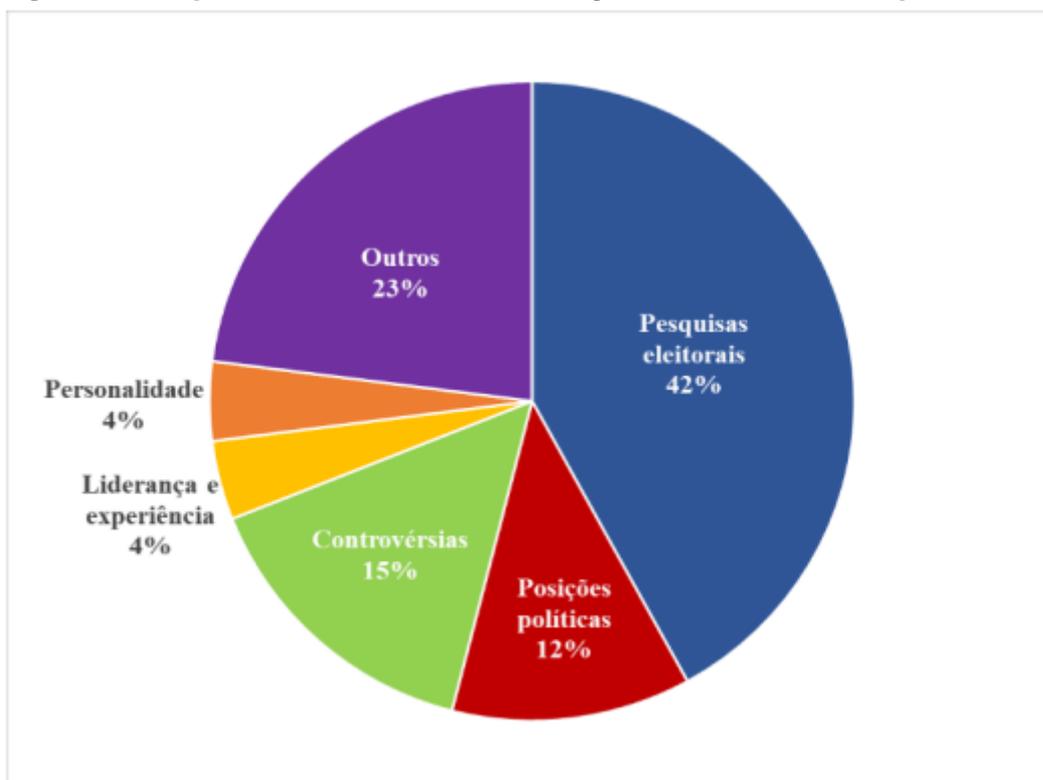
Na campanha presidencial dos EUA, de um lado estava a candidata Clinton que, segundo reportagem de Lauren Carroll (2016), liderava as pesquisas à época e que tinha dentre as suas propostas o fim das mensalidades para famílias de baixa renda em universidades públicas, revisão da política de imigração (amigável aos imigrantes), manutenção e expansão dos planos de saúde subsidiados pelo governo e aumento do salário-mínimo. Do outro lado, estava Trump, em que sua plataforma política era contrária à imigração, contrária a acordos internacionais de comércio, seja para “trazer os empregos de volta” ou impondo tarifas em produtos feitos na China e no México, contrária ao plano da gestão anterior de planos de saúde subsidiados pelo governo e corte de impostos. Patterson (2016) explica que a campanha de Trump foi negativa 56% do tempo, porém, enquanto a imprensa atacava Hillary Clinton, Donald Trump atacava a imprensa, dizendo que ela estava a favor de Clinton e que, portanto, as eleições seriam “fraudadas”.

Laís Modelli (2020) relembra as principais *fake news* da política de Trump. Dentre essas notícias divulgadas estão eleições fraudulentas, afirmar que o ex-presidente Obama não é americano, que o México envia criminosos deliberadamente para os Estados Unidos, que Hilary Clinton e o ex-presidente Barack Obama haviam

criado o Estado Islâmico e, diversas fake news relacionadas com a pandemia do coronavírus.

Patterson (2016) pontua como se deu a cobertura da campanha de Trump com os seguintes tópicos: personalidade, liderança e experiência, controvérsias, posições políticas, pesquisas eleitorais e outros. Dividindo tais tópicos da seguinte forma:

Figura 6 – Tópicos da cobertura da eleição de Donald Trump



Fonte: PATTERSON, 2016, p. 4.

As propostas de Trump nas eleições não foram tão divulgadas pela imprensa quanto seus posicionamentos a assuntos delicados durante a corrida presidencial, como polêmicas relacionadas a desvio de fundos da Fundação Trump para uso pessoal, resposta aos imigrantes que o criticaram em uma convenção democrata e ainda o tratamento hostil as mulheres. (PATTERSON, 2016, p. 13).

Apesar de um posicionamento polêmico e de diversas coberturas negativas da mídia na campanha de Donald Trump, houve maior repercussão do que diversos atos da campanha de sua opositora que, por anos de experiência política, não se envolveu em posicionamento polêmico e conseqüentemente não atraiu tanta atenção. Trump aproveitou-se das polêmicas para agregar seguidores e atrair extremistas (PATTERSON, 2016, p. 16).

Após as eleições dos Estados Unidos vieram as eleições no Brasil e com elas um candidato bem parecido com Trump e que ganhou forças no país com a eleição de Trump nos EUA. Com o aumento rampante do antipetismo no Brasil desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, rompendo a dicotomia de PT e PSDB no Brasil (AMARAL, 2020).

No cenário político brasileiro, encontravam-se dois fortes candidatos à presidência Fernando Haddad, candidato do PT, que era contrário à privatização de empresas e ativos públicos, que visava aumentar o investimento em educação, aumentar o gasto governamental para estimular a economia e limitar a terceirização da saúde. Em sua oposição Jair Bolsonaro, que à época era candidato pelo PSL, e que tinha sua campanha com pautas primordialmente “antielitistas, moralistas, com discurso anticorrupção e prometendo lutar contra movimentos sociais, ‘ideologia de gênero’ e as minorias” (ARAÚJO; PRIOR, 2020, p. 3).

Conforme pesquisa do repórter Bruno Boghossian (2018), no início da corrida presidencial o nome de Jair Bolsonaro era pouco tratado pela mídia. Foi em 06 de setembro de 2018 quando em ato de campanha em Juiz de Fora (MG) que houve o auge da cobertura de sua campanha. Sendo que antes disso, 53% das notícias que o envolviam tinham caráter negativo. Bolsonaro, sendo carregado nos ombros por apoiadores, foi atingido por uma facada por parte de um opositor que se aproximou e desferiu o golpe. O candidato teve lesão no intestino delgado e grosso e passou por várias cirurgias para tratamento da lesão (G1, 2018). Este ato de agressão física foi uma possível tentativa de homicídio pautada em divergência política e uma polarização acentuada, mas que gerou frutos políticos.

A estratégia de campanha de Bolsonaro, mostrou-se diferente das campanhas eleitorais tradicionais das eleições passadas, o candidato utilizou-se da mídia para demonstrar sua força e ideais. A principal plataforma do candidato não era o tempo de propaganda dentro do horário eleitoral, mas a internet, seja pelas redes sociais do próprio candidato ou por mensagens em grupos de WhatsApp (SOUZA, 2019).

Pelo elencado podemos perceber o quão a polarização política pautada em divergências eleitorais divide pensamentos, instiga atitudes e proclama uma oposição árdua e, algumas vezes trapaceira, que se torna uma inimiga no cenário político.

2.2 A CRIAÇÃO DE INIMIGOS

Respaldo no conceito de polarização retro mencionado pelos autores Dimaggio, Evans e Bryson (1996), a polarização trata-se de oposição de ideias de forma radical, não é só defender uma ideia, polarizar é acreditar num ideal e não aceitar nada que se opõe a ele. Isso acontece nas mais variadas coisas do nosso cotidiano e não poderia ser diferente no cenário político.

Nesse ambiente de polarização política, os oponentes tornam-se inimigos, sejam eles os políticos tradicionais, os valores com os quais não se concordam ou a mídia estabelecida. Esse ambiente foi potencializado pelo Facebook, rede social criada por Mark Zuckerberg em 2017, vem sendo acusada de ter mudado o resultado das eleições dos EUA, segundo o repórter Issaac Mumena (2016). Aponta-se que notícias falsas publicadas na plataforma de Zuckerberg tiveram mais visibilidade e conseqüentemente maior atenção nos últimos três meses da corrida presidencial (VEJA, 2016). De acordo com o dono da Cambridge Analytica, Christopher Wylie, o empresário utilizou dados do Facebook para manipular a opinião pública e convencer o eleitor americano a votar em Donald Trump (DEMARTINI, 2018). Por isso, o fundador e CEO do Facebook, Zuckerberg, escreveu um editorial para o *Wall Street Journal* para esclarecer algumas dúvidas importantes e se eximir de qualquer publicação realizada pelos usuários que sejam inverdades.

As divergências políticas podem chegar no extremismo como visto o fato da agressão física sofrida por Bolsonaro em campanha eleitoral, bem como, agressão verbal e atitudes impensadas e extremistas. Por exemplo, nos EUA, a rede CNN é duramente acusada de defender os interesses democratas e atacar Trump em suas entrevistas por posições contrárias as defendidas. Por isso, conforme reportagem de Zaremba (2018), a CNN processou Donald Trump e pediu de devolução da credencial revogada pela Casa Branca que foi retirada de jornalista que se envolveu em embate com Trump em coletiva de imprensa. Tendo sido protocolada na corte de Washington, a ação que visa resguardar os direitos de Jim Acosta e da CNN previstos na primeira e na quinta emendas constitucionais (que tratam da liberdade de expressão e de imprensa e do abuso de poder por parte do estado, respectivamente) foram violados com a suspensão da credencial. Ou seja, cria-se o ambiente até mesmo para ataque aos direitos constitucionais vinculados à liberdade de expressão e imprensa. Assim,

um jornalista, ou uma cadeia, ou uma linha editorial, podem também se tornar inimigas em governos não liberais.

Bruno Vaiano (2017) elenca que há uma pequena explicação sobre o sucesso da campanha de Trump ao utilizar do slogan “Make America great again” onde busca aflorar ainda mais o patriotismo enraizado nos estadunidenses. Esse slogan é relativo, quando a América foi grande? Varia essa ideia de voltar a ser o que era de acordo com aquilo que aquele eleitor, adepto ao movimento viveu, seria remeter aos tempos de glória que o país passou. No mesmo sentido da amplitude do slogan, onde não há uma referência qual seria essa época que a América foi grande, a oposição fundamenta sua crítica, a América pode ter sido grande para um em determinada época e para outro em outra época. Como Donald Trump poderia tornar o país grande de novo sem saber qual o período que cada um de seus cidadãos elegeu como grande para seu desenvolvimento? Sendo considerada sua campanha como infundada e fraudulenta.

Mais uma polêmica vivenciada durante as eleições de Trump foi a promessa de campanha da construção de um muro na fronteira entre os Estados Unidos e o México, promessa essa que tentou ser concretizada e mesmo após quatro anos de mandato não conseguiu ser concluída, tendo apenas um pouco mais de 50% da obra construída (RODEGERS; BAILEY, 2019). Para Republicanos conservadores, a separação dos Estados Unidos do México preservaria a integridade do país não o deixando a mercê de estrangeiros. Para uma esquerda Democrata tratava-se de uma atitude radical, infundada e que não se valia de motivos reais, é um cenário xenofóbico que aflora nos ideais americanos.

Ademais houve o embate conhecido no mundo da política por campanhas eleitorais com polarização acentuada é o embate da TV Globo com o presidente Bolsonaro. O presidente desde sua corrida eleitoral vem enfrentando embates com a emissora e com seus repórteres. Camila Pati (2020) narra que em entrevista ao Jornal Nacional afirmou que mulheres devem receber salários inferiores aos homens visto que engravidam e ainda questionou o salário por Renata Vasconcellos ser inferior que o de Willian Bonner. A rede televisiva se manifestou para a revista Exame defendendo equidade salarial entre seus funcionários que prestam a mesma função independentemente de gênero.

Em reportagem do Correio Braziliense (2018), pode-se notar mais uma divergência política que gera essa polarização, quando a coligação "O Povo Feliz de

Novo" (PT/PCdoB/Pros) entrou com uma representação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra Jair Bolsonaro, e a coligação "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" (formada por PSL – partido ao qual o presidente era coligado – e o PRTB) por crime de ameaça. A coligação encabeçada pelo PT também almejava que Bolsonaro fosse investigado pelos crimes de injúria eleitoral e incitação ao crime. Tal representação foi pautada em discurso do candidato, à época, proferido no Acre: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vamos botar esses picaretas pra [sic] correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem que ir pra [sic] lá. Só que lá não tem nem mortadela galera, vão ter que comer é capim mesmo”.

Sua política era embasada em demonstrar as falhas do oponente e, quando em agosto de 2018 o STF barrou a candidatura de Lula apontando o envolvimento do ex-presidente e de outros membros do PT em possíveis esquemas de corrupção que foram investigados na Lava Jato, Bolsonaro se valeu dessas notícias para polarizar sua eleição e se fazer valer desses escândalos de corrupção para agregar adeptos a sua campanha (SOUZA, 2019).

A Lava Jato foi um dos principais pontos que levou ao repúdio de parte da população ao PT e em cima de campanhas que demonstravam os erros que o partido e seus representantes cometeram que Bolsonaro conseguiu atrair apoiadores para seu discurso e ser eleito. A suposta luta contra a corrupção atraiu os eleitores, especialmente a classe média. Mas, o que vem a ser a Lava Jato? O Ministério Público Federal explica o caso como uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história, operação que se iniciou em 2014 e contou com a participação de empresários, doleiros e diversos agentes públicos que passaram a ser investigados pela Justiça Federal inicialmente em Curitiba. A operação elencou irregularidades na Petrobrás, maior estatal do país (MPF, 2018).

O esquema mostrou-se bastante complexo, sendo necessário abrir novas frentes de investigação em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Com o envolvimento de pessoas com prerrogativa de função, inquéritos criminais foram instaurados junto ao STF e STJ. Em processo de investigação muitos nomes importantes se mostraram envolvidos e, no instituto de delação premiada, as pessoas que eram descobertas no envolvimento iam apontando demais colegas, com isso, muitos políticos também se mostraram envolvidos e, sendo o PT o governo em exercício à época, foi duramente investigado e descoberto envolvimento do ex-presidente Lula e demais membros do partido (MPF, 2018).

É importante notar que a Lava Jato foi aos poucos sendo minguada. Há críticas profundas a essa ação. A juíza federal Fabiana Alves Rodrigues (2021) trata da errônea ideia do fim da operação com a dissolução da Lava Jato no MPF em Curitiba. Augusto Aras, procurador geral da República, substituiu o modelo em que a força tarefa contava com 14 membros, em que 11 tinham dedicação exclusiva à operação, pelo Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), composto por nove membros onde, apenas quatro tem dedicação exclusiva à Lava Jato. O que essa mudança acarreta? Apesar das mudanças não significarem o fim da operação Lava Jato, demonstra o seu enfraquecimento. O abandono do modelo de força-tarefa representa fortemente a ideia de derrota da operação ou do reconhecimento da perda de sua legitimidade (RODRIGUES, 2021).

Já para Jessé Souza (2020), a Lava Jato sempre se tratou de uma máfia cheia de juízes corruptos e ideais corrompidos. Segundo ele, tal esquema serviu para enfraquecer empresas, partidos políticos e até a imagem que o brasileiro tem de si. Souza (2020) aponta que Lava Jato conta com corrupção da Polícia Federal, Ministério Público e da justiça que se uniram em razão de tirar o PT do poder. Ao mancharem a imagem do Lula conseguiriam consequentemente manchar a ideia de que o PT fosse um partido de melhorias para os pobres e, pautados em escândalos de tal investigação a oposição conseguiu acabar com a credibilidade que restava do PT. Como produto de um povo fragilizado que via sua confiança abalada por possível esquemas de corrupção, desvios de verbas, e todo tipo de acusação diante do partido que se via há 14 anos no poder que, Bolsonaro foi eleito pautado numa campanha de apontamentos contrários aos que o governo PT propunham e uma ideia de combate a corrupção.

É importante mencionar que a vitória presidencial do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, está diretamente relacionada ao enfraquecimento do PT frente às eleições e a inviabilização da candidatura de Lula através do marketing político do combate à corrupção e ressaltado ao designar Sérgio Moro para cargo de Ministro da Justiça. Como aponta a historiadora Lilia Schwarcz (apud OLIVEIRA, 2019), Bolsonaro tem características populistas e autoritárias similares ao governo de Trump, não se preocupa com questões ligadas às minorias e resguardar os seus direitos, mas sim, em fazer um *marketing* do que se difere do governo anterior buscando passar uma ideia de utopia governamental, um governo perfeito e livre de qualquer tipo de corrupção que se pode ser vista no governo anterior.

Durante toda Lava Jato houve fortes disputas políticas sobre as investigações e o estigma de combate à corrupção favoreceram alguns grupos enquanto prejudicou outros. A colaboração premiada do ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef, ambas no segundo semestre de 2014, demonstrou indicativo de nomes ligados a determinada classe política. Depois da celebração de acordos de colaboração ligados à Odebrecht prisões foram concretizadas e o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff talvez possa ser considerado o principal marco institucional na tentativa de dar cabo à Lava Jato.

Apesar da redução da operação e seu possível enfraquecimento, ela trouxe mudanças significativas ao cenário político brasileiro e com certeza deixará um legado a ser seguido. Exemplificando tal afirmação temos o instituto da colaboração premiada na cultura jurídica do país, que deixa uma lição de aprendizado institucional ao sistema de justiça criminal, ainda a importância da ampla divulgação da operação que fez dela um objeto de interesse coletivo e por fim, que a cooperação internacional é possível e pode ser ágil. Todavia, em ponderação, é possível afirmar que ao burlar regras jurídicas a Lava Jato contribuiu com a ascensão da extrema direita ao poder, demonstrando que o descumprimento de regras fragiliza a democracia e deslegitima grupos políticos em frente à sociedade, demonstrando principalmente que, a Justiça não é palco de se fazer política.

O caso da CNN e da Lava Jato apenas demonstram que os governos que assumem o poder em democracias iliberais selecionam alvos e usam de sentimentos públicos para mobilizar uma base e uma agenda. É no cenário de corrupção e polarização política que por meio do pensamento de um e da insatisfação de outro há a criação de inimigos, escolha de posições e enfraquecimento de uns sob o apontamento do erro dos outros. A influência da mídia, o fácil acesso e a celeridade das informações constroem polarizações partidárias.

2.3 A RELAÇÃO ENTRE OS PODERES INSTITUÍDOS DA REPÚBLICA

Nesse ambiente em que há polarização política e criação de inimigos, é certo que as instituições republicanas ficam prejudicadas, pois são baseadas no princípio de pesos e contrapesos. Se os presidentes não se enxergam na mera função de chefes do Executivo os choques são certos e aconteceram tanto nos EUA de Trump quanto no Brasil.

O Brasil, assim como os Estados Unidos, é um país cuja forma de governo é uma república democrática, sendo que nessa o poder é dividido em três: Executivo, Legislativo e Judiciário. A Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu artigo 2º elenca que: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. A Constituição dos EUA também traz o princípio do “*checks and balances*”, ou seja, o equilíbrio entre as atribuições dos três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário (PENEGAR, 1987). A tripartição dos poderes, nesse modelo contemporâneo, foi moldada pelo filósofo Montesquieu (1993, p. 181), ainda no século XVIII, e seu deu ao fato de que, segundo ele: “tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas, e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos”.

No que consiste a tripartição dos poderes? O poder Executivo é aquele que governa, seja o país, estado ou município na figura do presidente, governador e prefeito. São esses os responsáveis por realizar as políticas públicas, a aplicação das leis e o gerenciamento da máquina e do orçamento público. O poder Legislativo está relacionado com as leis, sejam elas municipais, estaduais e federais, é esse poder que cria, revoga e analisa as leis. Por fim, o poder Judiciário é o poder que faz cumprir as leis, resolve conflitos conforme o que rege a legislação em todas as esferas da vida do cidadão (BRASIL, 1988).

Nessa esfera de divisão de poderes que Trump e Bolsonaro no período de seus governos, como chefes do Executivo, tiveram posicionamentos que levaram a divergências com os demais poderes. Esses presidentes se mostraram e mostram polêmicos no que concerne a posicionamentos advindos dos outros dois poderes.

Teresa Perosa (2017) explana ações do governo de Trump que foram em contradição com a Constituição vigente. Em seus primeiros dias na Casa Branca, Trump assinou uma medida com objetivo de bloquear a entrada de refugiados em território americano além de cidadãos de sete países de maioria muçumana. Essa medida foi revogada pela Corte de Apelações Americana, alegando que a medida é discriminatória e contrária à Constituição.

Os Estados Unidos contam com treze Cortes de Apelações que possuem jurisdição sobre processos referentes ao Congresso e muitas agências governamentais federais. É, portanto, o principal tribunal de apelação para muitas questões que versam sobre direito administrativo e direito constitucional (TURNER,

2003). Assim, pode-se observar a importância da Corte de Apelações Americana aos conflitos de cunho constitucional que foram constantes no governo de Trump, sendo esse colegiado responsável por analisar o que o presidente defende e se tal medida está em conformidade com o que rege a Constituição dos Estados Unidos.

Em 2018, Trump assinou uma ordem executiva que impedia a concessão de refúgio e suspendia por noventa dias a entrada de imigrantes pela fronteira com o México, em contrapartida houve a determinação da Justiça Federal de que o Departamento de Segurança Interna deve estender, até janeiro de 2020, a proteção aos mais de 250 mil imigrantes com possibilidade de deportação advindos de El Salvador, Haiti, Sudão e Nicarágua (MIROFF, 2019).

De acordo com uma pesquisa feita pelo *Brennan Center for Justice*¹ (2020), Donald Trump mostrou um padrão durante a campanha eleitoral e que perdurou durante seu mandato como presidente, o fato é que ele ataca juízes e tribunais quando vão contra seus ideais. Faz-se necessário entender que a separação dos poderes não é um ato antidemocrático e sim, a essência da democracia.

Trump colecionou diversas alegações que vão contra juízes, as Cortes e o Judiciário como um todo. Um exemplo são os ataques que aconteceram depois que o juiz Sotomayor publicou uma dissidência criticando a decisão da Suprema Corte de bloquear temporariamente uma decisão do tribunal inferior impedindo a administração Trump de negar green cards a imigrantes com base no uso de benefícios públicos como Medicaid, Supplemental Nutrition Assistance Program (SNAP) e assistência habitacional (BRENNAN CENTER FOR JUSTICE, 2020).

Em fevereiro de 2020, Trump atacou a juíza Amy Berman Jackson, a juíza que está presidindo o processo criminal pendente de seu ex-conselheiro Roger Stone no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito de Columbia. Em novembro passado, Stone foi condenado por mentir ao Congresso, adulteração de testemunhas e obstrução de uma investigação da Câmara dos Representantes dos EUA. Em uma série de tweets publicados em fevereiro, Trump criticou essa recomendação e, como resultado, o Departamento de Justiça indicou que buscaria uma sentença mais curta para Stone, levando quatro promotores de carreira a se retirarem do caso. (BRENNAN CENTER FOR JUSTICE, 2020).

¹ Trata-se de um instituto de direito e política pública sem fins lucrativos geralmente considerado liberal ou progressista da Universidade de Nova York.

Novo fato foi em novembro de 2018, quando Trump anunciou novas regras que acabaram impedindo qualquer pessoa que cruzasse de maneira ilegal a fronteira EUA-México de receber asilo. Em 20 de novembro, o juiz Jon Tigar do Tribunal de Recursos do Nono Circuito dos EUA ordenou que a administração aceitasse pedidos de asilo, independentemente de onde os migrantes entraram no país. Trump chamou a decisão de "uma vergonha", atacou Tigar como "um juiz de Obama" e criticou o Nono Circuito como "realmente algo que temos que dar uma olhada porque não é justo", acrescentando: "Isso não é lei. Cada caso que é arquivado no Nono Circuito nós somos derrotados." Em contrapartida, em um momento raro de exposição o presidente da Suprema Corte John Roberts disse à AP que os EUA não têm "juízes de Obama ou juízes de Trump, juízes de Bush ou juízes de Clinton. O que temos é um grupo extraordinário de juízes dedicados fazendo o melhor que podem para fazer o mesmo para aqueles que comparecem diante deles" (BRENNAN CENTER FOR JUSTICE, 2020).

Trump fez uma série de tweets e declarações públicas atacando pessoalmente os juízes responsáveis pela decisão, questionando a autoridade dos tribunais federais para revisar suas ordens, sugerindo que o tribunal é tendencioso e sugerindo que os juízes e o sistema judiciário seriam os culpados por futuros ataques terroristas. (BRENNAN CENTER FOR JUSTICE, 2020)

Nos Estados Unidos, os estados possuem mais autonomia e com isso, houve ações de liderança governamentais do Estado da Califórnia contra Trump, sendo essas destaque na imprensa e identificadas como uma verdadeira guerra estadual ao governo (PURDUM, 2019; BRUCK, 2018).

Em novembro de 2018, Donald Trump se envolveu em mais uma polêmica quando o presidente culpou a administração, o governo estadual da Califórnia pelos incêndios que afetaram a região e que causaram a morte de 76 pessoas, além de um prejuízo para o estado de bilhões de dólares, chegando inclusive a ameaçar retirar fundos federais ao estado. Ele voltou atrás após a repercussão negativa e as críticas de que ele estaria politizando uma tragédia. (HOLPUCH; ANGUIANO, 2018).

Já nas eleições dos EUA em 2020, o repórter Leonardo Sobreira (2020) explica que a mobilização coordenada de milícias que ameaçou oficiais eleitos em estados do Partido Democrático, com apoio aberto da Casa Branca, são fatores que ameaçaram a democracia liberal dos Estados Unidos. E ainda aponta a criação de uma força paramilitar informal do país: "Brutalmente violenta, a repressão policial,

apontada diretamente contra minorias e dissidentes políticos é um problema estrutural da sociedade americana. Uma força paramilitar nacional controlada pela Casa Branca seria algo genuinamente novo, e extraordinariamente perigoso” (SOBREIRA, 2020). O autor ainda exemplifica o iliberalismo norte-americano quando Trump ataca a independência do poder Judiciário e procede a divisão das zonas eleitorais de forma a conceder vantagem ao partido Republicano e ainda assim, tal medida não foi tratada como inconstitucional e restrição no direito ao voto que foram mantidas pelas cortes.

O cenário político no Brasil não está diferente do que foi elencado sobre os Estados Unidos. O presidente Jair Bolsonaro, chefe do Executivo brasileiro, também se viu em constantes divergências com os demais poderes. Chegando ao extremismo de chamar a população para manifestações contra o Congresso Nacional em diversas ocasiões (SALEK, 2021). Aliás, essa tem sido uma das características centrais do bolsonarismo, insuflar seus seguidores a atacarem os poderes constitucionais do país.

Kenarik Boujikian (2021), desembargadora aposentada do TJ-SP, em artigo escrito para Conjur, apresenta narrativa sobre o governo de Jair Bolsonaro e suas transgressões. O presidente é acusado de cometer violações de ordem eleitoral, criminal, atos de improbidade e crimes de responsabilidade, contra o Estado democrático de Direito em atos públicos ocorridos em São Paulo e Brasília. Ainda segundo a autora, o presidente desafiou o STF e proferiu as seguintes palavras: "Qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, este presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou. Ele tem tempo ainda de pedir o seu boné e ir cuidar da sua vida. Ele, para nós, não existe mais!", demonstrando a sua oposição ao que o Judiciário determina.

As manifestações de maio de 2020 a favor do governo do Bolsonaro e contra o STF e o Congresso. Para acompanhar o ato o presidente Jair Bolsonaro requisitou um helicóptero oficial para sobrevoar a Esplanada dos Ministérios. Depois desceu e caminhou para cumprimentar seus apoiadores, o presidente não estava utilizando máscara. Em seguida, andando a cavalo diante dos manifestantes não dando nenhuma declaração para a imprensa (RESENDE; FERNANDES; GIELOW, 2020).

O STF foi duramente atacado por palavras de ordem e pelas placas carregadas por manifestantes, que traziam os seguintes dizeres: "Supremo é o povo" e "Abaixo a ditadura do STF". Faixas também atacavam o Supremo e pediam intervenção militar. Congressistas foram chamados de corruptos. Alguns manifestantes também carregavam faixas de apoio aos ministros Augusto Heleno (Gabinete de Segurança

Institucional) e Abraham Weintraub (Educação). E ainda incitavam a política das fake news trazendo manifestações como "Fake news não é crime" (RESENDE; FERNANDES; GIELOW, 2020).

Na mesma reportagem, os autores elencam alguns ataques dos presidentes nas redes sociais em que ele alega que "O maior dos FAKE NEWS é o 'gabinete do ódio' inventado pela imprensa", afirmou, em referência ao grupo alvo de investigação no inquérito das fake news. "Até o momento a Folha, Globo, Estadão... não apontaram uma só fake news produzida pelo tal 'gabinete'", afirmou. Depois, ainda, Bolsonaro chamou a mídia de "mídia podre" e citou ações do Tribunal Superior Eleitoral sobre disparos de mensagens em massa de WhatsApp na campanha eleitoral. "Será que, se eu chamar essa imprensa e negociar com ela alguns BILHÕES DE REAIS em propaganda, tudo isso se acaba?", afirmou (RESENDE; FERNANDES; GIELOW, 2020).

Gustavo Garcia e Márcio Falcão (2020) tratam da inconstitucionalidade no pedido dos manifestantes por uma intervenção militar. Sendo o Brasil um país democrático seria ilegal tal intervenção. Sendo reforçado também que a Constituição Federal determina que o Congresso e o STF fazem parte dos poderes da República e a eles são assegurados autonomia.

Em relação ao descumprimento das medidas sanitárias impostas em determinação pela situação pandêmica, o G1 questionou a Polícia Militar e o Governo do Distrito Federal se os manifestantes, bem como o presidente da república foram penalizados pelo não uso das máscaras de proteção facial. Sendo que a Polícia Militar do Distrito Federal divulgou a seguinte nota em resposta aos repórteres:

A PMDF informa que atua em apoio aos órgãos de fiscalização e vigilância sanitária, cabendo a estes estabelecer o cumprimento das normas. Não existe previsão de prisão para o descumprimento do uso de máscaras, mas uma aplicação de multa. Cabe destacar que realizar manifestação é um direito fundamental expresso no inciso XVI, do Art.º 5, da Constituição Federal (apud GARCIA; FALCÃO, 2020).

O que ocasionou tais manifestações? A contrariedade dos apoiadores mais fiéis do presidente foi em decorrência da operação da Polícia Federal, autorizada pelo STF e que realizou buscas e apreensões em endereços de empresários e blogueiros aliados a Bolsonaro. A operação, parte do inquérito das fake news, que apura ameaças e ofensas à Corte, é de relatoria do ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Imagem 7 – Cartaz, em frente ao STF, pede o fechamento do órgão



Fonte: GARCIA; FALCÃO, 2020.

O presidente acumulou declarações que desagradaram setores do Poder Judiciário e provocaram reações nos tribunais superiores. O ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto (2018), em entrevista para a UOL, afirmou que: “Se qualquer presidente adotar um estilo de governo incompatível (com a Constituição), o país vive um dilema: cai o presidente ou cai a Constituição. A resposta jurídica lógica é a de que cai o presidente”.

Caio Junqueira (2021) explana que o pedido de impeachment de Alexandre de Moraes foi feito pelo presidente Jair Bolsonaro alegando que “não se pode tolerar medidas e decisões excepcionais de um ministro do Supremo Tribunal Federal que, a pretexto de proteger o direito, vem ruindo com os pilares do Estado Democrático de Direito. Ele prometeu a essa Casa e ao povo brasileiro proteger as liberdades individuais, mas vem, na prática, censurando jornalistas e cometendo abusos contra o presidente da República e contra cidadãos que vem tendo seus bens apreendidos e suas liberdades de expressão e de pensamento tolhidas”.

Em resposta, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que decidiu rejeitar o pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, protocolado pelo presidente Jair Bolsonaro. Tal decisão se deu porque não houve, em nenhum momento, prova das referidas práticas de crimes de responsabilidade e que tenha sido explicitada pelo denunciante. Sendo assim, a denúncia trata-se de algo infundado e que gera constrangimento ao ministro do Supremo.

Luana Barros (2021) aponta que em atos mais recentes e polêmicos do presidente em contrário ao STF tivemos no dia 7 de setembro de 2021 convocação deste aos seus apoiadores para ato de protesto em frente ao Congresso Nacional, que almejava o fim do voto digital e regresso ao voto impresso e ainda, o fechamento da Corte. Em contrapartida o presidente desta, Luiz Fux, afirmou que o Supremo "não tolerará ameaças à autoridade de suas decisões" e ainda afirmou que a desobediência a decisões, pelo chefe de qualquer um dos poderes, "além de representar um atentado à democracia, configura crime de responsabilidade, a ser analisado pelo Congresso Nacional".

Ainda em mesma reportagem, a cientista política Grazielle Albuquerque afirmou para Barros (2021) que compreende que as ações do presidente podem levar a uma pressão política pelo impeachment, o Supremo está unido com o propósito de tirar o Bolsonaro da presidência e afirma ainda que: "Não é mais de um segmento. O projeto do bolsonarismo é um projeto de ataque às instituições. Parlamento e Judiciário precisam preservar o sistema. O Governo indomável com projeto autoritário vira problema dos outros dois Poderes e não mais de um segmento político ou social" (BARROS, 2021).

Conforme já discutido, para Zakaria (1997), uma das características da democracia iliberal é a combinação de eleições livres e justas com limitações sistemáticas aos direitos dos cidadãos. Percebe-se então que as atuações no governo de Donald Trump e Jair Messias Bolsonaro se encaixam no conceito. Mounk (2019) também tratou da deterioração democrática como consequência do desinteresse dos cidadãos em relação à política. Zakaria (1997, p. 22-36) ainda retrata esse tipo de situação da seguinte maneira "Em (muitos) países, o rico e variado recheio da democracia liberal está se esvaindo, deixando apenas a casca democrática por fora". Runciman (2018) explana que o golpe no século XXI trata-se de algo gradual, sem alardes e instaurado dentro das instituições políticas:

Quanto mais a democracia é tida como segura, maiores são as possibilidades de que venha a sofrer uma subversão sem precisar ser derrubada. Em especial, a ampliação do poder do Executivo – em que homens fortes eleitos minam as instituições democráticas enquanto alegam defendê-las – parece ser a maior ameaça à democracia no século XXI. Há sinais de que esteja em curso, entre outros países na Índia, na Turquia, nas Filipinas, no Equador, na Hungria e na Polônia; e é possível que também ocorra nos Estados Unidos. O problema é que pode ser difícil saber com certeza. A grande diferença entre um

golpe de Estado clássico e esses outros tipos de golpe é que o primeiro é um evento isolado em que se decide entre tudo ou nada, enquanto os outros são processos graduais (RUNCIMAN, 2018, p. 52).

Pelo exposto pode-se observar o quão esses presidentes, durante seus governos, se viram enfraquecidos e em contradição com os demais poderes da República. Tendo Trump enfrentado a consequência de uma derrota na tentativa de sua reeleição e Bolsonaro estar sendo pauta para um possível impeachment e enfraquecido perante o eleitorado.

2.4O ATAQUE AOS DIREITOS SOCIOPOLÍTICO-ECONÔMICOS

Nos Estados Unidos, os principais ataques nesse sentido foram a minorias numéricas ou representativas. No caso dos LGBTQIA+, por exemplo, houve um primeiro ataque quando o presidente Donald Trump revogou a medida da era de Obama que altera a definição de gênero para masculino e feminino pelo que é definido pela biologia ao nascer. A nova determinação, editada pelo Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS) dos EUA, pode afetar médicos, hospitais e companhias de seguros que recebem recursos federais. Com essa norma, os prestadores de serviços de saúde e as seguradoras que recebem financiamento federal se recusam a fornecer ou cobrir gastos relacionados à transição de gênero (WELLE, 2020).

As mudanças decorrentes dessa norma também limitaram o atendimento médico de pessoas LGBTQIA+, não obrigando aos profissionais da saúde atendê-los caso não se sintam à vontade quanto a isso. Além de retirar proteções de pessoas trans, a nova regra também elimina as salvaguardas antidiscriminatórias para pacientes com histórico de interrupção da gravidez. Enquanto conservadores apoiadores religiosos de Trump saudaram a medida, ela foi criticada por democratas, ativistas de direitos humanos e grupos médicos (WELLE, 2020).

O veículo de comunicação Rede Brasil Atual (2019) também aponta conflituoso posicionamento de Trump em relação à população LGBTQIA+ quando o presidente acionou a Suprema Corte do país para questionar se essas pessoas estão protegidas por leis trabalhistas que impedem discriminação. Na prática, pede para que empresas possam demitir pessoas por serem gays. Este foi apontado como o maior ataque da administração de Trump contra a comunidade.

Sobre os negros, Francesco Peloso (2020) demonstra como Donald Trump ao acolher a supremacistas brancos e relativizar suas ações, expôs a chaga do racismo nos Estados Unidos. Episódios de preconceito racial foram muito presentes em todo governo de Trump. Um caso de repercussão mundial foi o assassinato de George Floyd pela polícia de Minneapolis, ocorrido no dia 25 de maio de 2020.

Uma pessoa foi morta a tiros no Estado de Oregon, nos Estados Unidos, num movimento em que grande massa de apoiadores do presidente Trump entrou em confronto contra manifestantes do movimento *Black Lives Matter*, que protesta contra a brutalidade policial contra os negros no país. O tiroteio aconteceu em meio a brigas entre os apoiadores do Trump e os manifestantes do *Black Lives Matter* no centro da cidade. A administração Trump descreveu os manifestantes como uma "multidão violenta". Portland encontrou-se em meio a conflito de manifestantes do movimento antifascista em embate com grupos de direita extremistas (*Proud Boys e Patriot Prayer*). Já sobre os imigrantes, vimos na seção anterior que a situação levou inclusive ao choque com outros poderes constitucionais (BBC, 2020).

Essas pautas também são extremamente relevantes no Brasil contemporâneo e foram mobilizadas por Bolsonaro e sua base política para atacar minorias. O artigo 5º, inciso IX da Constituição Federal brasileira (CFB) de 1988 elenca que "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença", ainda no artigo 220 *in verbis* traz que "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição." São resguardados nesses artigos constitucionais que muitas pessoas se veem no direito de difundirem *Fake News* a fim de que seja divulgado suas próprias versões de verdades e inverdades. A situação pode ser mais grave, pois mesmo crimes já estabelecidos na legislação a partir das leituras da CFB tem sido questionado. O diálogo entre o advogado Augusto Botelho e o influenciador Monark, no dia 26 de outubro de 2021, evidencia como alguns indivíduos acreditam que opinião e liberdade de expressão permitem a prática de crimes.

Imagem 8 – Opinião ou crime?



Fonte: Instagram - @augustodearrudabodelho, 26 de outubro de 2021

Em paralelo com o que foi discutido anteriormente, percebemos que esta é uma posição que vem sendo defendida no centro do bolsonarismo. Os seguidores do presidente também acreditam que a liberdade de expressão deve ser absoluta – claro, desde que beneficie seus interesses. Veja a imagem abaixo, das manifestações feitas em 31 de maio de 2020, discutidas acima.

Imagem 9 – Protestos na Esplanadas dos Ministérios



Fonte: GARCIA; FALCÃO, 2020.

O analista internacional Richard N. Haass (2019) comentou, via Twitter, sobre as precedências do iliberalismo no EUA da seguinte forma:

Imagem 10 – Política externa dos EUA alinha com iliberalismo



No Brasil, o cenário não vem sendo diferente, as diversas ações do Governo Bolsonaro vêm se afastando do liberalismo. Gabriel Trigueiro (2019) explica que após

três anos de governo do presidente as reformas liberais almejadas pelo setor financeiro do país têm sido negativas. Sousa (2021) explana que o sonho do liberalismo liderado pelo ministro da economia Paulo Guedes se tornou um pesadelo populista.

Reportagem da Carta Capital (2021) apresenta a militarização no governo Bolsonaro, dizendo também que o presidente se afastou de suas promessas de campanha, promessas essas que viabilizavam um governo liberal, mas, que vem se eximindo cada vez mais disso. Prova de tal problemática está a substituição do comando da Petrobrás, onde houve a substituição de Roberto Castello Branco. A mencionada atitude recebeu dura crítica do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco que comparou o Brasil com a Venezuela em seu Twitter.

Algumas das medidas tomadas por Bolsonaro tidas como iliberais são: Bolsonaro cedeu à pressão das entidades industriais e adiou por prazo indeterminado o corte generalizado das tarifas de importação, medida diferente da abertura ampla e irrestrita prometida por Guedes. A disposição do cargo de presidente do Banco do Brasil. Reforma administrativa onde por decisão de Bolsonaro, a proposta enviada pelo governo ao Congresso para mudar o RH do Estado, excluiu os atuais servidores. Também ficaram de fora os militares, parlamentares, magistrados, promotores e procuradores. A restrição a importação de banana do Equador para proteger produtores nacionais, o aumento do imposto sobre importações de leite em pó, para compensar o corte do imposto antidumping, de até 14,8%, promovido pelo Ministério da Economia (INFOMONEY, 2021).

Quando elencado tais posicionamentos desses governantes pode-se observar que apesar de suas campanhas defenderem uma democracia liberal, quando ambos os chefes dos executivos assumiram o poder, os posicionamentos dessas autoridades foram contrários ao que defendiam na corrida presidencial. As polêmicas em torno de seus governos geraram fortes oposições políticas até mesmo pelos seus apoiadores e, situações midiáticas fizeram com que a polarização do posicionamento de cada qual ficasse ainda mais acentuada.

2.5A PANDEMIA DE COVID-19, O NEGACIONISMO E AS FAKE NEWS

O ano de 2020 trouxe o que se conhece como a pandemia do coronavírus, determinada como pandemia pela OMS em 11 de março de 2020. E há de se saber

que todos os profissionais da saúde se puseram na linha de frente para o combate desse vírus desconhecido e que vitimizou todo o mundo. A COVID-19 é causada pelo vírus da “síndrome respiratória aguda grave” pertencente à família Coronaviridae, denominado SARS-CoV-2 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020). A pandemia também gerou muitas fake news e é justamente nesta esfera que Trump e Bolsonaro, e seus respectivos apoiadores, se aproveitaram durante a pandemia.

Maria Sanches (2020) aponta que Trump no que concerne à pandemia do coronavírus posicionou-se mais de uma vez como preocupado com a situação que o país vive com contágio crescente pelo vírus. A preocupação dele se dá pelo trânsito constante de pessoas e mercadorias entre o Brasil e os Estados Unidos, podendo levar a mais um surto de coronavírus no país.

Mark Jurkowitz e Amy Mitchell (2021), em pesquisas realizadas no país, puderam observar que o índice de vacinação nos EUA está crescente, onde as pessoas passaram a se informar mais sobre o assunto buscando a vacinação o mais breve possível, sendo que o país investiu fortemente em pesquisa para desenvolvimento de vacina e combate a pandemia.

Pablo Guimón e Antonia Laborde (2020) apresentam posicionamentos negacionistas de Trump para com a pandemia onde o presidente, assim como o presidente do Brasil, alega tratar que a doença se trata de uma gripe. Devendo repensar tais alegações visto que apesar de ser um país bem avançado na vacinação atual, foi um dos países com mais mortes no mundo.

Lucas Alonso (2021) mostra o quão a pandemia acentuou as desigualdades sociais no país. Visto que os EUA não contam com um sistema de saúde como o SUS e o presidente Trump também em defesa do kit covid pode-se observar que aqueles com baixo acesso a saúde e os meios de prevenção da doença bem como, tratamento foram os que mais sofreram nesse cenário pandêmico.

O presidente da república brasileira, Jair Messias Bolsonaro, foi o conhecido tratamento precoce. Tiago Abeach (2021) explica que o presidente além de defender o uso desenfreado de tais medicamentos alegando eficácia em seu uso, não comprovado por diversos estudos, ainda fez chacota da pandemia dizendo ser necessário auxílio médico somente se sentisse falta de ar. O kit covid tão divulgado pelo presidente Jair Bolsonaro na prevenção e tratamento da COVID-19 é composto por hidroxiquina, ivermectina, nitazoxanida, azitromicina e vitamina D, remédios esses que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) são ineficazes no

combate à Covid-19 (CUT, 2021). Com a defesa do presidente a esse “tratamento precoce” sete empresas de medicamentos registraram lucro bilionário. Com base em documentos sigilosos enviados à CPI da Covid, mostra as farmacêuticas EMS, Farnocímica, Momenta Farmacêutica, Abbott, Sandoz, Cristália e Supera Farma mais do que dobraram seus faturamentos com a venda desses remédios.

O empresário Carlos Sanchez, dono da EMS e do laboratório Germed, também autorizado a vender a cloroquina no Brasil é considerado bolsonarista. O empresário Renato Spallicci, dono do laboratório Aspen, que produz Reuquinol, à base da cloroquina, compartilhou em suas redes sociais ações de Bolsonaro e aproveitou para divulgar as imagens do presidente exibindo o seu remédio. Outro fabricante de cloroquina, eleitor de Bolsonaro, o empresário Ogari de Castro Pacheco, do laboratório, Cristália. Bolsonaro não esqueceu do ex-presidente dos EUA, o direitista Donald Trump, também apoiador do uso de cloroquina. O único laboratório estrangeiro autorizado a vender a substância no Brasil é o francês Sanofi-Aventis, que tem Trump como acionista (CUT, 2021). Além desses medicamentos, com a procura grande, houve a necessidade de maior controle e, por sua vez, a população se voltou para os remédios caseiros como o chá da casca da quina (geradora da Hidroxicloroquina), outros remédios caseiros oriundos de alimentos e plantas medicinais foram consumidos para prevenir ou tratar a Covid- 19, evidenciando um comportamento cultural. A Covid - 19 reforçou o debate sobre a produção de medicamentos fitoterápicos para seu enfrentamento e de outras doenças a partir de plantas medicinais (MAFRA; LASMAR; RIVAS, 2020).

Giovanna Galvani (2021) alega que o negacionismo de Bolsonaro as medidas de prevenção e contenção da COVID-19 como o desestímulo ao uso de máscaras, a promoção de aglomerações e a insistência com medicamentos ineficazes demonstra como ele lida com as ações que possuem ponto de vista global. Desde que a OMS declarou a pandemia em 2020 o presidente vem causando uma falsa oposição entre saúde e economia defendendo que a ideia de prevenção da doença, lockdown gerarão atraso econômico ao país. Galvani (2021) ainda traz que:

As ações de Bolsonaro têm implicações não apenas no combate a epidemias como a da Covid-19, mas também para o desenvolvimento econômico sustentável. Sua urgência em manter a economia funcionando, mesmo com altos custos de morte por Covid-19 e com a destruição da Amazônia, refletem a priorização de ações econômicas

de curto-prazo a despeito do custo da sustentabilidade ambiental e social.

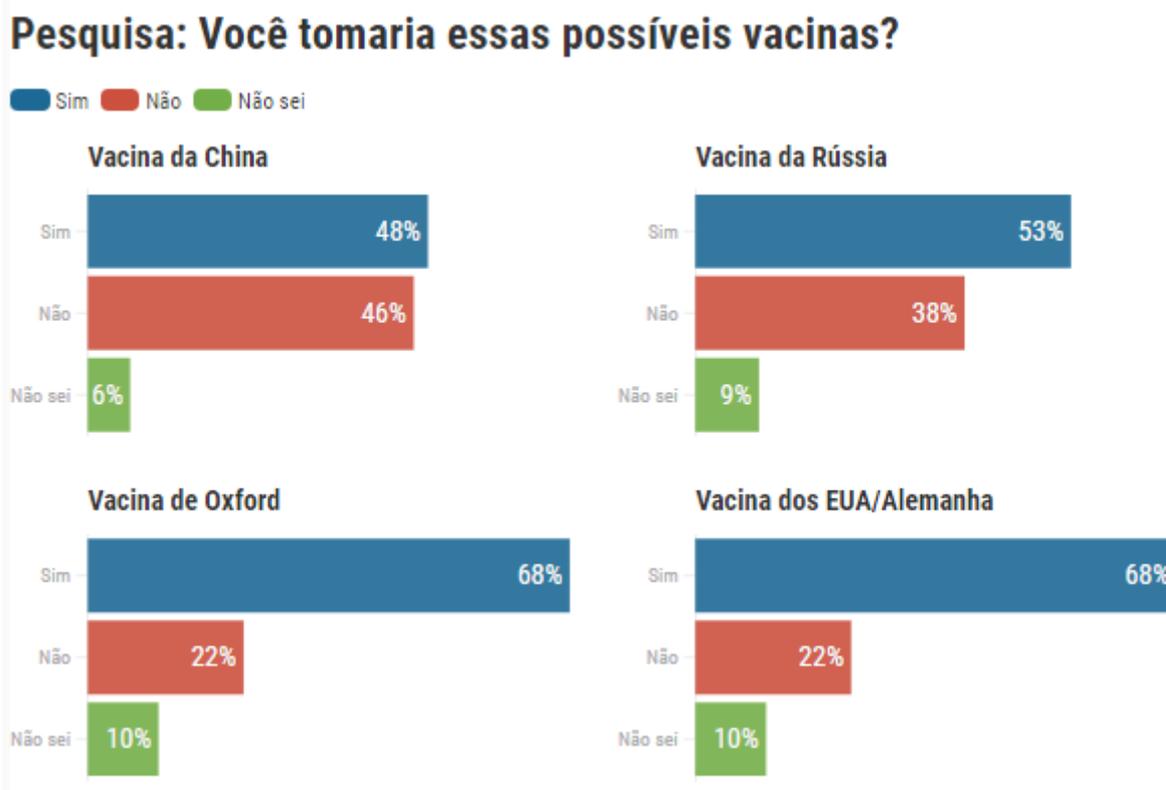
Lira Luz Benites Lázaro (2021) conclui que o presidente se utiliza de um discurso padrão negacionista e pseudocientífico. O presidente alega que a pandemia da covid-19 é resultado de guerra biológica protagonizada pela China. A verborragia de Bolsonaro ditou contradições a tudo aquilo que a OMS defende em relação a pandemia.

Tais discursos não são difundidos somente pelo presidente, mas também por seus seguidores. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou durante reunião do Conselho de Saúde Suplementar que o “o chinês inventou o vírus”. E ainda acrescentou que a vacina produzida pela China é menos eficiente do que a desenvolvida por laboratórios dos Estados Unidos. Atualmente, pelo menos nove de cada dez imunizantes aplicados por aqui são o CoronaVac, produzidos pelo laboratório chinês Sinovac, em parceria com o Butantan (REDE BRASIL ATUAL, 2021).

Murillo Ferrari (2021) explica que o presidente se negou a comprar vacina CoronaVac por ela encontrar-se em fase de teste alegando que “Para o meu Governo, qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser COMPROVADA CIENTIFICAMENTE PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE e CERTIFICADA PELA ANVISA”, mas ele encontrava-se em negociação para a compra da AstraZeneca sendo que, tanto o imunizante da AstraZeneca quanto a CoronaVac estavam na fase 3 de testes clínicos. Essa oposição à CoronaVac espelhava as diferenças políticas com o governo do estado de São Paulo, João Doria (PSDB), que já tinha sido apoiador do presidente. Conforme Ferrari (2021), “Enquanto a vacina inglesa é testada no Brasil em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o imunizante chinês é testado em parceria com o Butantan”.

O repórter em entrevista com a microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Natália Pasternak (2020), descobriu que em pesquisa realizada pelo Instituto *Real Time Big Data*, encomendada pela CNN Brasil, mostra que quase metade dos brasileiros (46%) afirma que não tomaria uma vacina contra a Covid-19 de origem chinesa. Ela explica que tais dados são decorrentes de uma “politização em cima da vacina”. Para Pasternak, as vacinas “são igualmente promissoras”, e não havia motivo nenhum para desconfiar da qualidade dos produtos.

Figura 10 – Preferências de vacina entre brasileiros



Fonte: Pesquisa CNN Brasil Real Time Big Data • Pesquisa telefônica com 1.000 entrevistados, com margem de erro de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos, e índice de confiança de 95%

Em decorrência de tais posicionamentos durante toda a pandemia e de um posicionamento negacionista que foi instaurado no dia 8 de abril de 2021, pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso a CPI da Covid-19 no Senado Federal. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo apurar se houve falhas por parte do Governo Federal no enfrentamento da pandemia (SILVA, 2021).

Como elencado anteriormente o Brasil possui o que chamamos de tripartição de poderes, na qual existe o poder Executivo, Legislativo e Judiciário, que são independentes e harmônicos, sendo assim, nenhum Poder se sobrepõe aos demais; porém, ao mesmo tempo, um Poder pode fiscalizar o outro, a fim de evitar eventuais abusos. Foi por isso que foi proposta uma Comissão Parlamentar para investigar a conduta do governo no caso da pandemia. Wilson Macena (2021) em seu artigo explica que a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) trata-se de uma previsão da Constituição Federal para que haja possibilidade de fiscalização. Sendo uma prerrogativa do Poder Legislativo podendo ser criada pela Câmara dos Deputados

e/ou Senado. Sendo a CPI instrumento da minoria parlamentar instaurada para questionar determinadas situações que estejam ocorrendo no governo. Diz-se que é instrumento da minoria pois, para ser instalada, precisa do requerimento de apenas 1/3 dos membros da Câmara e/ou do Senado.

Em março de 2021, os Senadores Alessandro Vieira e Jorge Kajuru impetraram um Mandado de Segurança no STF para que o Presidente do Senado (Rodrigo Pacheco) adotasse as medidas para instalação da CPI. Mas, foi o Ministro do STF Luís Roberto Barroso, o responsável pela análise inicial do Mandado de Segurança, concluindo que o documento para a instauração da CPI cumpria todos os requisitos para que o procedimento fosse instaurado (SENADO, 2021).

Marina Oliveira (2021), explana que a OMS em documentos enviados para a CPI da Covid-19 prova que medicamentos que compõem o chamado “kit covid”, amplamente defendidos por Jair Bolsonaro, são ineficazes contra o vírus. A CPI apura se é possível a existência de um gabinete paralelo ao Ministério da Saúde que possa ter influenciado o atraso na compra das vacinas, e ainda o favorecimento de laboratórios na compra de medicamentos do “kit covid” sem eficácia para o tratamento da doença. José Matheus Santos e Roberto Crispim (2021) apresentam que Bolsonaro continua a defender o uso do “kit covid” e desdenha eficácia das vacinas para o enfrentamento da doença que já matou mais de 600 mil brasileiros.

Após leitura do relatório da CPI da Covid-19 elaborado pelo senador Renan Calheiros que aponta Bolsonaro como um dos principais responsáveis pelo agravamento da crise sanitária no Brasil e sugere que o presidente seja responsabilizado e investigado por nove crimes na pandemia, incluindo crime contra a humanidade, Bolsonaro pôs em xeque a eficácia das vacinas contra Covid e criticou medidas que solicitem a comprovação de vacinação para entrada em determinados espaços públicos. A CPI ainda está em processo de investigação e tem muito a contribuir para a compreensão do cenário pandêmico no país, bem como, as consequências das decisões nesse período.

Pelo elencado observa-se uma democracia polarizada onde, de um lado, o governo se vê figurado em conflitos tanto com seus cidadãos indo contra os direitos das minorias, quanto com sua própria estrutura governamental. Os países se viram assolados por governantes autoritários cujas opiniões, para eles, tem força de lei e que gera constantes revoltas e indignações populacionais.

Quando o assunto em pauta se trata de algo polêmico a influência da mídia se faz eficaz na construção de opiniões dos cidadãos e com isso, mostra o posicionamento governamental de temas de grande relevância como a pandemia do coronavírus.

Para Oliver Stuenkel (2021), as democracias iliberais tratam de posições autoritárias governamentais onde o político se elege em uma democracia pelo voto popular e em decorrer de seus primeiros atos políticos no poder mostra que o discurso eleitoral se difere da prática onde esses políticos com autoritárias vislumbram um poder que vai se posicionando contra seus apoiadores e demonstrando de forma unitária seus ideais.

Sendo assim, pode-se notar a necessidade do estudo da democracia iliberal e seus reflexos nos cenários de potências mundiais onde, observa-se também que autocratas posicionam de forma unilateral e podem se colocar contra seus próprios apoiadores a fim de defender suas ideias e, ainda, entende-se que apesar de cenários diferentes os posicionamentos desse tipo de governante são semelhantes independente do país.

CONCLUSÃO

Questões de caráter político tendem a gerar diversidades de pensamentos e posicionamentos conforme a linha política que a pessoa mais simpatiza. O presente trabalho buscou vislumbrar a ideia de democracia iliberal fundamentando nas campanhas políticas e mandatos do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump e do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, de forma imparcial e com apontamento de pesquisas, notícias e posicionamentos que fundamentam o assunto. Ao buscar um alinhamento político por parte dos Estados Unidos e do Brasil em mesma época pode-se averiguar pontos históricos, sociais e políticos desses países e ainda comparar com realidades semelhantes que estes enfrentavam.

Necessitou traçar uma linha tênue explicando que se trata a democracia tratando de apontar o contexto histórico de sua implementação bem como a forma de atuação do governo nesse regime. Em contrapartida é notória necessidade de se compreender do que se trata a democracia iliberal e como as democracias do século XXI se adequam a esse conceito.

A segunda temática que se apresentou no texto foi a visão de democracia iliberal de Trump e Bolsonaro onde foi apresentado de forma sistemática a polarização durante sua campanha presidencial, mostrando a importância de se compreender todo o processo da corrida presidencial e as consequências desse para pós eleição quando esses candidatos são eleitos.

Ao ser explicado a tripartição de poderes foi apontado como esses poderes podem se contrapor, onde os chefes do Executivo dos Estados Unidos, Donald Trump e, do Brasil, Bolsonaro, em defesa de seus posicionamentos extremistas demonstraram, conforme referenciado em diversas notícias, que o Executivo não estava alinhado com o Legislativo e Judiciário e muitos foram os embates dos presidentes com seus respectivos membros da Assembleia Legislativa.

Ambos os presidentes mostram no decorrer da pesquisa como seres superiores em que seus posicionamentos políticos e sociais devem prevalecer sob seus cidadãos e com isso, foi elencado situações em que estes profissionais se fizeram em conflito com o seu povo, mídia e quem os contrariasse.

Por fim, ao se apresentar o cenário pandêmico que enfrentamos tem-se diversas divergências sobre os posicionamentos desses chefes do Executivo onde

esses contrariam indicações mundiais da saúde e defendem seus próprios pontos de vista do cenário da pandemia.

Durante todo o processo de pesquisa para a construção do presente trabalho de conclusão de curso buscou-se artigos e autores que demonstraram, através de pesquisas e reportagens, as atitudes desses governos tidos como iliberais e que incentivaram a polarização de seus cidadãos embasada no posicionamento de cada qual é o ponto de vista a que eles são defendidos.

O trabalho buscou através da veracidade e imparcialidade apontar os problemas de um governo que tende a caminhar para uma democracia iliberal, onde o presidente que se posiciona dessa forma gera embate com demais políticos que poderiam adentrar a base aliada e, com seus eleitores visto que deve conquistar aprovação da população para a permanência no cargo.

Ao apontar a questão da pandemia, outro aspecto muito importante foi trabalhado, a questão do posicionamento desses chefes mediante uma situação que engloba o direito à vida e à saúde. Todo o mundo foi assolado pela doença e as atitudes dos governantes impactaram diretamente na quantidade de mortes, o nível de insumos, o respaldo as populações menos favorecidas mediante um período de impacto (também) financeiro e, ver a atitude desses presidentes demonstra uma preocupação com suas formas governamentais.

REFERÊNCIAS

- ABEACH, Tiago. Bolsonaro defende hidroxicloroquina e ivermectina após críticas na CPI. **CNN**, São Paulo, 7 maio 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-defende-hidroxicloroquina-e-ivermectina-apos-criticas-na-cpi/>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.
- AKBARZADEH, S.; BAXTER, K. **Middle East politics and international relations: crisis zone**. London and New York: Routledge, 2018.
- ALONSO, Lucas. Governo Trump fez aumentar mortes por Covid-19 nos EUA, diz relatório da revista Lancet. **Folha de S. Paulo**, 11 de fevereiro de 2021. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/02/governo-trump-fez-aumentar-mortes-por-covid-19-nos-eua-diz-relatorio-da-revista-lancet.shtml> Acesso em: 25 de novembro de 2021.
- AMARAL, Oswaldo E. do. The Victory of Jair Bolsonaro According to the Brazilian Electoral Study of 2018. **Brazilian Political Science Review**, 14 (1), 2020. <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/LqxmCxx8pX3W448MX6dRcWP/?lang=en> Acesso em: 18 de outubro de 2021.
- ANDREASSA, Luiz (2020). O que é polarização e por que é prejudicial a democracia? **Politize!** 30 de julho de 2020. Disponível em: https://www.politize.com.br/o-que-e-polarizacao/?https://www.politize.com.br/&qclid=CjwKCAiAp8iMBhAqEiwAJb94zy1WzhtWDbumtOILoF8M-vZP9sykdXs9ymFkaO6486Px-DrZTbP8PBoCSXoQAvD_BwE.. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- ARAÚJO, Bruno; PRIOR, Hélder. Framing Political Populism: the role of the media in framing the election of Jair Bolsonaro. **Journalism Practice**, 06 de janeiro 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17512786.2019.1709881> Acesso em: 15 de outubro de 2021.
- BARROS, Luana. Manifestantes fazem ato a favor de Bolsonaro e do voto impresso nas eleições de 2022. **G1 Política**. 01 de agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/01/manifestantes-fazem-atos-a-favor-de-bolsonaro-e-do-voto-impresso-nas-eleicoes-de-2022.ghtml>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.
- BBC. Confronto entre defensores de Trump e ativistas do Black Lives Matter termina com uma morte. **BBC NEWS Brasil**, 30 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53965924>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- BOGHOSSIAN, Bruno. Sem Lula, Bolsonaro lidera e disputa por vaga no segundo turno se acirra. **Folha de São Paulo**, 31 de março de 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1954606-sem-lula-disputa-por-vaga-no-segundo-turno-seacirra.shtml>. Acesso em: 26 de outubro de 2021.

BOUJIKIAN, Kenarik. Jair Bolsonaro e suas transgressões. **Consultor Jurídico**, 08 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-set-08/escritos-mulher-jair-bolsonaro-transgressoes>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRITTO, Carlos Ayres. Como será a relação de Jair Bolsonaro com o Judiciário?. **UOL**, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/29/como-sera-a-relacao-de-jair-bolsonaro-com-o-judiciario.htm>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

BRUCK, C. Inside California's war on Trump. **The New Yorker**; 19 de março de 2018. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2018/03/26/inside-californias-war-on-trump>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

CARROL, Lauren. Politifact (2016). Hillary Clinton's top 10 campaign promises. **Politifact The Poynter Institute**; 22 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.politifact.com/article/2016/jul/22/hillary-clintons-top-10-campaign-promises/>. Acesso em: 26 de outubro de 2021.

CARTA CAPITAL. Com mudanças na Petrobras, liberais descobrem que Bolsonaro não é liberal. **Carta Capital**; 20 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/com-mudanca-na-petrobras-liberais-descobrem-que-bolsonaro-nao-e-liberal/>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

Carta Capital. Donald Trump e o risco da democracia iliberal. **Carta Capital**, 16 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/donald-trump-e-o-risco-da-democracia-iliberal/>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

CEPEA. **Consultas ao Banco de Dados do Site**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-de-dados-do-site.aspx>. Acesso em: 22 de setembro de 2021

CORRALES, Javier; KIMMAGE, Daniel; KURLANTZICK, Joshua; LINK, Perry; MILANI, Abbas; RAHMAN, Rashed. **Undermining Democracy**. Washington: Freedom House, 2009.

CORREIO BRAZILIENSE. PT entra com representação no STF contra Bolsonaro por discurso em comício. **Correio Braziliense**, 03 set. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/09/03/interna_politica_703680/coligacao-do-pt-entra-com-representacao-no-stf-contra-bolsonaro.shtml. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

COUTINHO, Virgínia. **The Social Book**. Actual Editora, Coimbra, Portugal, 2014.

CUT. Farmacêuticas ganham mais de R\$ 1 bilhão com Kit Covid, defendido por Bolsonaro. **CUT BRASIL**, 14 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/farmacenticas-ganham-mais-de-r-1-bilhao-com-kit-covid-defendido-por-bolsonaro-4fad>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Tradução: Beatriz Sidou. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2001.

DEMARTINI, Felipe. Campanha de Trump usou dados de 50 milhões de usuários do Facebook. **Canal Tech**, 19 de março de 2018. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redessociais/campanha-de-trump-usou-dados-de-50-milhoes-de-usuarios-do-facebook-110156/>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

DIMAGGIO, Paul, EVANS, John, and BRYSON, Bethany. Have American's Social Attitudes Become More Polarized? **American Journal of Sociology**, Vol. 102, No. 3, p. 690-755, Nov. 1996.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os Engenheiros do Caos**. Tradução Arnaldo Bloch. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

INFOMONEY. Ala liberal perde terreno e aponta falhas no governo Bolsonaro. Info Money, 01 de março de 2021. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/ala-liberal-perde-terreno-e-aponta-falhas-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

FERRARI, Murilo. Bolsonaro sobre CoronaVac: “só com certificação da Anvisa”. **CNN BRASIL**, 21 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/bolsonaro-rejeita-comprar-vacina-chinesa-sem-comprovacao-cientifica/>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Colisão de centro-direita pode tirar “Trump Tcheco” do poder. **Folha de São Paulo**, 9 out. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/10/coalizao-de-centro-direita-pode-tirar-premie-conservador-do-poder-na-republica-tcheca.shtml?origin=folha#>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Liderado por “Trump Tcheco” partido anti-imigração vence eleição Legislativa. **Folha de São Paulo**, 21 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1929144-liderado-por-trump-tcheco-partido-anti-imigracao-vence-eleicao-legislativa.shtml>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

G1. Jair Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. **G1 - ZONA DA MATA**, 06 de setembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

GARCIA, Gustavo; FALCÃO, Márcio. Ato pró-Bolsonaro em Brasília reúne manifestantes em defesa de medidas inconstitucionais. **G1 POLÍTICA**, 31 de maio

de 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/31/manifestantes-fazem-ato-em-brasilia-em-apoio-a-bolsonaro-e-em-defesa-de-medidas-inconstitucionais.ghtml>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

GUIMÓN, Pablo; LABORDE, Antonia. Trump se entrega ao negacionismo da covid-19 na reta final da campanha. **El País Internacional**, 06 de outubro de 2020.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-06/trump-se-entrega-ao-negacionismo-da-covid-19-na-reta-final-da-campanha.html> Acesso em: 10 de outubro de 2021.

HAASS, Richard N. (2019). **Twitter**. 02 de janeiro de 2019. Disponível em:

<https://twitter.com/richardhaass/status/1080423477369323520>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

HAGUE, Rod; HARROP, Martin; MCCORMICK, John. **Comparative Government and Politics: an introduction**. Londres. Palgrave, 2016.

HOLPUCH, A.; ANGUIANO, D. Trump blames forest management again on California fires visit. **The Guardian**, 18 nov. 2018. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/us-news/2018/nov/17/donald-trump-visit-california-wildfires>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. **Journal of Democracy**. janeiro de 2019. Disponível em:

<https://www.journalofdemocracy.org/articles/bolsonaro-and-brazils-illiberal-backlash/>. Acesso em: 15 de maio de 2021

JONES, Jeffrey M. American's Trust in Political Leaders, Public, at New Low, **GALLUP**, 21 set. 2016. Disponível em:

<http://www.gallup.com/poll/195716/americans-trust-political-leaders-public-new-lows.aspx>. Acesso em: 21 de setembro de 2021

JURKOWITZ Mark e MITCHELL Amy. Americans who relied most on Trump for COVID-19 news among least likely to be vaccinated. **Pew Research Center**, 23 de setembro de 2021. Disponível em:

<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2021/09/23/americans-who-relied-most-on-trump-for-covid-19-news-among-least-likely-to-be-vaccinated/> Acesso em: 23 de novembro de 2021.

LÁZARO, Lira Luz Benites (2021). Estudo atesta discurso negacionista de Bolsonaro nos primeiros seis meses de pandemia. **JORNAL DA USP**, 17 de agosto de 2021.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/estudo-atesta-discurso-negacionista-de-bolsonaro-nos-primeiros-seis-meses-de-pandemia/>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

MAFRA, R. Z.; LASMAR, D. J.; RIVAS, A. A. O consumo de remédios caseiros durante a pandemia do COVID-19 e a evidência da bioeconomia. **Nota técnica DEA/UFMA** v. 1, n. 7, p.1-13, 2020.

Ministério Público Federal, 2018. Caso Lava Jato. **MPF**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 28 de outubro de 2021.

MIROFF, N. DHS extends protections for immigrants with temporary status complying with courts. **The Washington Post**, 28 Feb. 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/national/dhs-extends-protections-for-immigrants-with-temporary-status-complying-with-courts/2019/02/28/06161f64-3b8a-11e9-a06c-3ec8ed509d15_story.html. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

MODELLI, Laís. Relembrando as mentiras mais famosas de Trump. **Portal G1 Notícias**, 09 de novembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2020/11/09/relembre-as-mentiras-mais-famosas-de-trump.ghtml>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Marins Fontes, 1993, p. 181.

MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia**: Porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Companhia das Letras. 2019

MUMENA, Issaac. Criador do Facebook diz ser “loucura” acusação de que rede social ajudou eleição de Trump. **G1**, 11 de novembro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/11/criador-do-facebook-diz-ser-loucura-acusacao-de-que-rede-social-ajudou-eleicao-de-trump.html>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, Marina. Saúde admite ineficácia de cloroquina e outros medicamentos do “kit covid”. **Congresso Em Foco**, 14 de julho de 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/saude-admite-ineficacia-de-cloroquina-e-outros-medicamentos-do-kit-covid/>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

PASTERNAK, Natália. Brasileiros confiam menos em vacina da China do que na de outros países. **CNN BRASIL**, 16 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pesquisa-rejeicao-a-vacina-chinesa-e-maior-no-brasil-do-que-em-outros-paises/>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

PATI, Camila. Globo se pronuncia após embate entre Bolsonaro e Renata Vasconcellos. **Revista Exame**, 20 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://exame.com/carreira/globo-se-pronuncia-depois-de-embate-entre-bolsonaro-e-renata-vasconcellos/>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

PATTERSON, Thomas E. **News Coverage of the 2016 General Election**: how the press failed the voters. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2016.

PELOSO, Francesco. 2020. EUA: Donald Trump e racismo dividem igreja. **Instituto Humanista Unisinos**, 03 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/600597-eua-donald-trump-e-racismo-dividem-igrejas>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

Penegar, Kenneth L. **A Constituição dos Estados Unidos**. outubro de 1987. Revista de Informação Legislativa, v. 24, n. 96.

PEROSA, Teresa. Trump em Guerra com a Justiça. **ÉPOCA**, 13 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/mundo/noticia/2017/02/trump-em-guerra-com-justica.html>. Acesso em: 26 de outubro de 2021.

Poole, K. T., & Rosenthal, H. (1984). The polarization of American politics. *The Journal of Politics*, p. 1072.

ZAREMBA, Júlia. **Jornalista da CNN que entrou em embate com Trump tem credencial cassada**. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 08 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/jornalista-da-cnn-que-entrou-em-embate-com-trump-tem-credencial-cassada.shtml>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

PRIEWE, Jan. **The Financial and economic crisis of 2008-2009 and developing countries**. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/gdsmdp20101_en.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

PURDUM, T. S. California is at war with the Trump White House. *The Atlantic*, 6 Mar. 2019. **The Atlantic**, 06 de março de 2019. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2019/03/california-governor-gavin-newsom-warring-trump/584029/>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

REDE BRASIL ATUAL. Bolsonaro insiste em negacionismo que fez disparar mortes entre apoiadores. **Rede Brasil Atual**, 05 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/05/bolsonaro-insiste-em-negacionismo-que-fez-disparar-mortes-entre-apoiadores/>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

REDE BRASIL ATUAL. Governo Trump segue no ataque à comunidade LGBT. **Rede Brasil Atual**, 08 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2019/09/governo-trump-segue-no-ataque-a-comunidade-lgbt/>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

RESENDE, Thiago; FERNANDES, Talita; GIELOW, Igor. Bolsonaro usa helicóptero e anda a cavalo para prestigiar ato na Esplanada contra STF e Congresso. **Folha De São Paulo**, 31 de maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-usa-helicoptero-para-sobrevoar-manifestacao-na-esplanada-contra-stf-e-congresso.shtm>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

RODEGERS, Lucy; BAILEY, Dominic. Muro de Trump: 7 gráficos para entender polêmico projeto na fronteira EUA-México que paralisou governo americano. **BBC News Brasil**, 22 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46944513>. Acesso em: 28 de outubro de 2021.

RODRIGUES, Fabiana Alves. Fim da Lava Jato expõe erro de usar Justiça para fazer política. **Folha De São Paulo**, 06 de março de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/03/fim-da-lava-jato-expoe-erro-de-usar-justica-para-fazer-politica.shtml?origin=folha>. Acesso em: 06 de novembro de 2021.

RUNCIMAN, D. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SALEK, Silvia. Bolsonaro descontrolado e manifestação de força: as diferentes visões da imprensa internacional sobre 7 de setembro. **BBC NEWS Brasil**, 08 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58486961>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

SANCHES, Mariana. Trump diz que Brasil vive 'momento difícil' com gráfico de coronavírus 'muito alto, quase vertical'. **BBC NEWS Brasil**, 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52496343>. Acesso em: 22 de novembro de 2021.

SANTOS, José Matheus; CRISPIM, Roberto. Bolsonaro desdenha de vacina e enaltece “kit covid” um dia após CPI lhe atribuir 9 crimes na pandemia. **Folha De São Paulo**, 21 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/bolsonaro-desdenha-de-vacina-e-enaltece-kit-covid-um-dia-apos-cpi-apontar-9-crimes-dele-na-pandemia.shtml>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

SCHWARCZ, Lilia. O Judiciário foi usado como vingança e impediu que a democracia siga seu curso. **THE DARK SIDE OF THE MAN**, 01 de julho de 2021. Disponível em: <https://anisionogueira.wordpress.com/2019/07/01/lilia-schwarcz-o-judiciario-foi-usado-como-vinganca-e-impediu-que-a-democracia-siga-seu-curso-cultura-el-pais-brasil-2/>. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

SENADO, 2021. Pacheco aguarda notificação do Supremo para decidir CPI da covid. **Senado Federal**, Senado Notícias, 08 de abril de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/08/pacheco-aguarda-notificacao-do-supremo-para-decidir-cpi-da-covid>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

SILVA, Wilson Macena (2021). O processo da CPI da Covid-19 em 4 pontos. **POLITIZE!**, 14 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/processo-cpi-da-covid-19/>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

SOBREIRA, Leonardo. Trump, o populismo de direita e a ameaça global da “democracia iliberal”. **Brasil 247 - Ideias**, 05 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/ideias/trump-o-populismo-de-direita-e-a-ameaca-global-da-democracia-iliberal>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

SOUSA, Renan. O homem que ajudou eleger Bolsonaro diz que liberalismo de Paulo Guedes foi “desfigurado” pelo governo. **Seu Dinheiro**, 26 de outubro de 2021.

Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/2021/economia/radiocash-liberalismo-paulo-guedes-luciano-bivar/>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

SOUZA, Flávia Clemente. **A campanha que começa antes da campanha**: a prisão de Lula e sua interferência na agenda pública no período das eleições presidenciais de 2018. *Policromias*. Dezembro de 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/download/31538/18005>. Acesso em: 15 de novembro de 2021

SOUZA, Jessé. “A Lava Jato foi desde o começo uma máfia”. **CULT**, 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/jesse-souza-lava-jato-foi-desde-o-comeco-uma-mafia/>. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

STEINMAYR, Andreas. Did the Refugee Crisis Contribute to the Recent Rise of Far-right Parties in Europe?, *ifo DICE Report*, Vol. 15, Iss. 4, p. 24-27, Dec. 2017. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/12/17/betrayed-by-their-leaders-failed-by-the-west-arabs-still-want-democracy/>. Acesso em: 22 de novembro de 2021.

STUENKEL, Oliver. Como Tirar um Autocrata do Poder. **Folha De São Paulo**, 19 de outubro de 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/como-tirar-um-autocrata-do-poder/>. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

STUENKEL, Oliver. Maioria dos autocratas precisa de dois mandatos para destruir a democracia. **EL PAÍS**, 16 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.oliverstuenkel.com/2021/11/17/autocratas-mandatos-democracia/>. Acesso em: 29 de novembro de 2021.

THE ECONOMIST, **Democracy Index 2020**: In sickness and in Health?. The Economist Intelligence Unit. 2021. Disponível em: <https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/democracy-index-2020.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

TRIGUEIRO, Gabriel (2019). O Fator Paulo Guedes. **ÉPOCA**, 16 de abril de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/o-fator-paulo-guedes-artigo-23602834>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

TURNER, Julia. What’s So Important About the Washington, D.C., Circuit Court of Appeals? **Slate New & Politics**, 07 de fevereiro de 2003. Disponível em: <https://slate.com/news-and-politics/2003/02/the-second-highest-court-in-the-land.html>. Acesso em: 06 de novembro de 2021.

VAIANO, Bruno. ‘Make America great again’: a ciência explica o sucesso do slogan. **Revista Super Interessante**, 01 de novembro de 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/blog/supernovas/make-america-great-again-a-ciencia-explica-o-sucesso-do-slogan/>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

VEJA. Notícias falsas tiveram êxito durante campanha nos EUA. **Revista Veja**, 17 de novembro 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/noticias-falsas-tiveram-exito-durante-campanha-nos-eua/>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

WEFFORT, Francisco C. **Qual democracia?** 1. Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

WELLE, Deutsche. Trump altera norma contra discriminação de pessoas trans na saúde. **UOL NOTÍCIAS**, 13 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/trump-altera-norma-contra-discrimina%C3%A7%C3%A3o-de-pessoas-trans-na-sa%C3%BAde/a-53798215>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

World Bank. The implications of tariffs for commodity markets. **COMMODITY MARKETS Outlook**, outubro de 2018. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/668501540844824609-0050022018/original/CMOOctober2018Box.pdf> Acesso em: 15 de novembro de 2021.

World Health Organization. Modes of Transmission of Virus Causing COVID-19: Implications for IPC Precaution Recommendations. **World Health Organization**. 29 de março de 2020 Disponível em: <https://www.who.int/news-room/commentaries/detail/modes-of-transmission-of-virus-causing-covid-19-implications-for-ipc-precaution-recommendations>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

ZAKARIA, Fareed. The Rise of Illiberal Democracy. *Foreign Affairs*, vol. 76, n. 6, 1997. **Foreign Affairs**, 05 de novembro de 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20048274>. Acesso em: 5 de maio de 2021.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

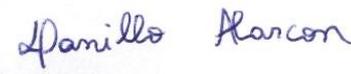
ANEXO I APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

A estudante RAFAEL MOREIRA FRANÇA do Curso de Relações Internacionais matrícula 2018.1.0043.0085-0 telefone: (62) 98446-5943, e-mail rafaelmfranca00@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL NAS AMÉRICAS: UM ESTUDO COMPARADO DOS EUA DE TRUMP E O BRASIL DE BOLSONARO, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 16 de dezembro de 2021.

Assinatura do autor: 
Nome completo do autor: Rafael Moreira França

Assinatura do professor-orientador: 
Nome completo do professor-orientador: Danilo Alarcon